

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CAMPUS SERTÃO
UNIDADE ACADÊMICA DE SANTANA DO IPANEMA
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PATRICK OLIVEIRA SILVA

**VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E DESIGUALDADES NO MUNICÍPIO
DE SANTANA DO IPANEMA, ALAGOAS: UMA DISCUSSÃO PRELIMINAR**

SANTANA DO IPANEMA – AL

2020

PATRICK OLIVEIRA SILVA

**VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E DESIGUALDADES NO MUNICÍPIO
DE SANTANA DO IPANEMA, ALAGOAS: UMA DISCUSSÃO PRELIMINAR**

Monografia apresentada à banca examinadora como requisito para conclusão do curso de Ciências Econômicas e obtenção de título de bacharel em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Alagoas.

Orientador: Professor. Dr. Luciano Celso Brandão Guerreiro
Barbosa

SANTANA DO IPANEMA – AL

2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Santana do Ipanema
Responsável: Rafaela Lima de Araújo – CRB4 – 2058

S586v Silva, Patrick Oliveira
Vulnerabilidade socioeconômica e desigualdades no município de Santana do Ipanema, Alagoas: uma discussão preliminar / Patrick Oliveira Silva. - 2020.
69 f.: il.

Orientador: Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de Ciências Econômicas. Santana do Ipanema, 2020.

Bibliografia: f. 67-69.

1. Desigualdade socioeconômica 2. Pobreza 3. Santana do Ipanema - Alagoas. I. Título.

CDU: 330

PATRICK OLIVEIRA SILVA

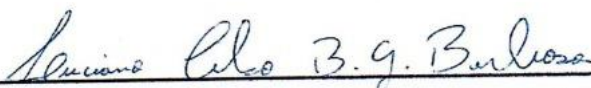
**VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E DESIGUALDADES NO MUNICÍPIO DE
SANTANA DO IPANEMA, ALAGOAS: UMA DISCUSSÃO PRELIMINAR**

Monografia apresentada a Banca Examinadora para o Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientador (a): Professor Doutor Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa

Monografia defendida e aprovada em 21, 07, 2020

Comissão Examinadora



Professor Doutor Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa, Campus Sertão – Universidade Federal de Alagoas (Orientador)



Professor Mestre Alcides José de Omena Neto, Campus Sertão – Universidade Federal de Alagoas
(Examinador 1)



Professor Doutor Rafael de Oliveira Rodrigues, Campus Sertão – Universidade Federal de Alagoas
(Examinador 2)

Agradecimentos

Agradeço a Deus e ao universo por todas as coisas incríveis que me foram proporcionadas, aos meus pais José Arimatéia Oliveira da Silva e a Maria José Ferreira Oliveira Silva, por todo esforço e dedicação para com a minha educação e formação social. Aos meu avós Francisco Andrade Silva e Margarida Ferreira Silva por todo o apoio e carinho, a minha namorada Eweni Rodrigues Lima, por toda paciência e compreensão, aos meus amigos de longas datas e aos amigos que a Universidade me apresentou, Jailson Rodrigues, Lidianny Pâmela, Anna Beatriz Palmeira, Erick Melo, Neto Amorim, Moisés Rocha, José Guilherme, Gustavo Vinicius, Samila Guimarães, Yasmin Farias, Edivaldo Queiroz, José Valderli e ao meu orientador, professor e amigo Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa por toda a ajuda, dedicação e empenho nas atividades acadêmicas, ao professor e amigo Manoel Valquer Oliveira Melo, pelo grande ajuda que sempre me foi concedida, e aos amigos professores que compõe à banca de análise desse trabalho, professor Alcides José de Omena Neto e Rafael de Oliveira Rodrigues.

“A verdadeira dificuldade não está em aceitar ideias novas, mas escapar das antigas”.

John Maynard Keynes

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é apresentar a situação de vulnerabilidade socioeconômica na qual está imersa o município de Santana do Ipanema, Alagoas. Neste sentido, este trabalho, também, busca apresentar as desigualdades sociais do município de Santana do Ipanema, a partir da construção de um panorama histórico social, cujo objetivo é evidenciar os elementos sociais que impulsionam e constituem a estratificação socioeconômica e que, por conseguinte, acabam por moldar os indicadores sociais do referido município. É notável que a macroeconomia alagoana tem sua pauta de superávit comercial baseada na exportação de cana de açúcar e derivados, logo, a região de maior índice pluviométrico do Estado acabou ocupando sua área de produção com esta Comodities, contudo, as atividades econômicas inerentes a monocultura do açúcar foram pressionadas a existir na região que não possui um suporte de produção para tal, o Semiárido Alagoano. Sendo assim, o fundamento do processo histórico alagoano, atrelado a uma velha política de um modo de produção superado e a uma política fiscal pífia, passaram a configurar os municípios do Sertão Alagoano a uma taxa de crescimento econômico e, por conseguinte, social, muito baixo. A metodologia deste trabalho se constitui em uma revisão de literatura e, também, em dados obtidos através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ao Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA) e a Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG). Além disso, foi realizada uma entrevista, a qual ajudou na obtenção de informações para esta pesquisa. Este é um trabalho exploratório, baseado em dados secundários, sendo que a partir da base de informação sistematizada, apresentada e discutida foi possível inferir que as causas das desigualdades sociais das populações rurais no Semiárido Alagoano, e especificamente no município de Santana do Ipanema, têm um contexto histórico e estrutural do modo como o espaço brasileiro foi configurado, onde, as características de um modo de produção superado ainda continuam vigentes, o que acentua ainda mais os problemas de cunho social nessa região que foi cruelmente marginalizada pelo processo histórico. Isso sem contar a influência dos fatores edafoclimáticos que geram barreiras ao processo de desenvolvimento socioeconômico, contudo, não o inviabiliza.

Palavras – Chave: Desigualdade social. Desenvolvimento. Pobreza. Sertão.

ABSTRACT

The objective of this research is to present the situation of socioeconomic vulnerability in which the municipality of Santana do Ipanema, Alagoas, is immersed. In this sense, this work also seeks to present the social inequalities in the municipality of Santana do Ipanema, from the construction of a social historical panorama, whose objective is to highlight the social elements that drive and constitute the socioeconomic stratification and that, therefore, end up shaping the municipality's social indicators. It is noteworthy that the macroeconomics of Alagoas has its trade surplus based on the export of sugar cane and its derivatives, therefore, the region with the highest rainfall in the state ended up occupying its production area with these commodities, however, the economic activities inherent to monoculture of sugar were pressured to exist in the region that does not have a production support for this, the Semi-arid Alagoano. Thus, the foundation of the historical process in Alagoas, linked to an old policy of an outdated production method and to a poor fiscal policy, started to configure the municipalities of the Alagoas Sertão at a rate of economic and, therefore, social growth, very low. The methodology of this work consists of a literature review and also data obtained through the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Institute for Applied Research and Economics (IPEA) and the Secretariat for Planning and Management (SEPLAG). In addition, an interview was conducted, which helped to obtain information for this research. This is an exploratory work, based on secondary data, and from the systematic information base, presented and discussed, it was possible to infer that the causes of social inequalities of rural populations in the semiarid Alagoano, and specifically in the municipality of Santana do Ipanema, have a historical and structural context of the way in which the Brazilian space was configured, where the characteristics of an outdated mode of production are still in force, which further accentuates the social problems in this region that has been cruelly marginalized by the historical process. Not to mention the influence of edaphoclimatic factors that generate barriers to the process of socioeconomic development, however, it does not prevent it.

Keywords: Social inequality. Development. Poverty. Hinterland.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Porcentagem dos níveis de pobreza em território brasileiro.....	24
Figura 2 - Mapa da região que compõe o semiárido alagoano.....	43
Figura 3 - Mapa da cidade de Santana do Ipanema, Alagoas.....	46
Figura 4 - Desfile alegórico em Santana do Ipanema – Alagoas, 1972.....	64
Figura 5 - Festa do Feijão em Santana do Ipanema – Alagoas, 1972.....	64

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição de famílias beneficiárias por região, 2014.....	26
Gráfico 2 - Distribuição percentual dos domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio – Brasil – 2004/2013.....	30
Gráfico 3 - Renda média mensal da região NE, 2019.....	39
Gráfico 4 - Renda das pessoas de dez anos ou mais, 2006.....	39
Gráfico 5 - População estimada e pessoal ocupado, semiárido alagoano, 2018.....	44
Gráfico 6 - População estimada e pessoal ocupado, Santana do Ipanema, 2016/2018.....	48
Gráfico 7 - Informações demográficas, natalidade, Santana do Ipanema - AL - 1991, 2000 e 2010,	48
Gráfico 8 - Informações demográficas, mortalidade, Santana do Ipanema - AL - 1991, 2000 e 2010.....	49
Gráfico 9 - Informações demográficas, fecundidade, Santana do Ipanema - AL - 1991, 2000 e 2010.....	49
Gráfico 10 – Informações demográficas, razão de dependência, Santana do Ipanema - AL - 1991, 2000 e 2010.....	50
Gráfico 11 Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Santanense, 2013.....	50
Gráfico 12 - Indicadores educacionais, Santana do Ipanema, 1991, 2000 e 2010.....	51
Gráfico 13 - Escolaridade da População de 25 anos ou mais em Alagoas, 1991.....	52
Gráfico 14 – Escolaridade da População de 25 anos ou mais, Santana do Ipanema, 2000.....	53
Gráfico 15 – Escolaridade da População de 25 anos ou mais, Santana do Ipanema, 2010.....	54
Gráfico 16 – Distribuição da renda por quintos da população, Santana do Ipanema, 1991.....	55
Gráfico 17 – Distribuição da renda por quintos da população, Santana do Ipanema, 2000.....	56
Gráfico 18 - Distribuição da renda por quintos da população, Santana do Ipanema, 2010.....	57
Gráfico 19 - Composição da população de 18 anos ou mais de idade, Santana do Ipanema, 2010.....	59
Gráfico 20 - Contribuição por partes do PIB do Município de Santana do Ipanema – Alagoas, em relação ao Estado, 2014.....	61
Gráfico 21 - Participação do rebanho de Santana do Ipanema no rebanho total do Estado por criação, 2015.....	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparações de concentração de renda no mundo, 2004.....	21
Tabela 2 – Evolução do IDH e Índice de Gini - Anos selecionados - Alagoas, Nordeste e Brasil, 2014.....	40
Tabela 3 – Valor da produção das principais culturas temporárias e permanentes - Alagoas - 2002 e 2012, 2015.....	41
Tabela 4 - Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos de Idade ou Mais, 2015.....	42
Tabela 5 – Municípios que compõe o semiárido alagoano, 2019.	43
Tabela 6 - Área, População e Densidade Demográfica – 1991, 2010 e 2016, 2015.....	47
Tabela 7 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Santana do Ipanema – AL, 2013...	55
Tabela 8 - Famílias e pessoas inscritas no Cadastro Único, 2015.....	57
Tabela 9 - Quantidade de famílias beneficiárias e valor repassado pelo programa Bolsa Família, 2015.....	58
Tabela 10 - Vulnerabilidade Social - Município - Santana do Ipanema – AL, 2013.....	59
Tabela 11 - Produto Interno Bruto e sua composição setorial por unidade geográfica, 2014.....	60
Tabela 12 - Produção agrícolas no município de Santana do Ipanema – AL, 2015.....	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Implementação de Programas no combate a fome no Nordeste, 2010.....	30
---	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	METODOLOGIA.....	15
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
3.1	Desigualdades.....	17
3.2	Pobreza.....	22
3.3	Fome.....	27
3.4	A globalização como instrumento de desigualdades.....	32
4	UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS: UM OLHAR SOBRE AS DESIGUALDADES.....	37
4.1	O processo de formação territorial de Alagoas.....	37
4.2	Alagoas e suas desigualdades.....	38
5	UM OLHAR SOBRE A POBREZA NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA – AL.....	46
5.1	Uma breve caracterização do Município.....	46
5.2	Indicadores Sociais.....	56
6	CONCLUSÃO.....	66
	REFERÊNCIAS.....	68

1. INTRODUÇÃO

Com uma população estimada de 47. 486 mil habitantes, o município de Santana do Ipanema, está situado no estado de Alagoas, sendo considerada o principal município do Sertão Alagoano. O referido município faz parte da Região do Médio Sertão, região composta por nove municípios, no qual Santana do Ipanema é tido como o Polo dessa região, em virtude de sua posição geográfica e sua expansão territorial de aproximadamente 438,99 km (IBGE 2018). O município de Santana do Ipanema está inserido na cadeia de produção leiteira do Estado, isto é, na Bacia Leiteira Alagoana que, segundo o IBGE, é constituída por 37 municípios do pertencentes a Região do Semiárido Alagoano.

Todavia, a desigualdade que tanto assola o país, se estende em todas as regiões do Brasil, mas, em especial na região Nordeste. É na região Nordeste que existem os maiores índices de desigualdade do Brasil, talvez, seja possível inferir que parte do subdesenvolvimento dessa região esteja relacionada com o próprio processo de formação territorial que alguns estados nordestinos sofreram, ou seja, o processo de expansão do que foi o capitalismo comercial europeu deu características intrínsecas ao Nordeste Brasileiro, em especial, ao estado de Alagoas, uma vez que este estado ainda possui características muito fortes da cultura colonizadora, tais como: a *Plantation*.

Porém, o termo desigualdade traz consigo uma série de compreensões e interpretações. A desigualdade pode ser entendida como sinônimo de diferença, todavia, a complexidade desse assunto será tratada com mais afinco no decorrer desse trabalho. Sendo assim, as desigualdades que assolam o município de Santana do Ipanema têm uma natureza histórica. O município em questão, apresenta um número de indicadores sociais relativamente baixo, quando verificado, desde o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) perpassando por baixos salários e pelo nível educacional, que se apresenta bem abaixo da média.

Deste modo, esse trabalho tem por objetivo apresentar a situação de vulnerabilidade socioeconômica na qual está imersa o município de Santana do Ipanema, Alagoas. Neste sentido, este trabalho, também, busca apresentar as desigualdades sociais do município de Santana do Ipanema, a partir da construção de um panorama histórico social, cujo objetivo é evidenciar os elementos sociais que impulsionam e constituem a estratificação socioeconômica e que, por conseguinte, acabam por moldar os indicadores sociais do referido município.

Esta investigação possui uma abordagem quantitativa, tendo um caráter exploratório, sendo possível apresentar, de modo geral, a desigualdade e seus conceitos, e suas

consequências, tal como a pobreza e, conseqüentemente, a situação de fome, especificamente para o caso do município de Santana do Ipanema, Alagoas.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de uma revisão de literatura e por uma análise de dados secundários, de forma exploratória. Por ser um tema de pesquisa importante, o estudo da situação de vulnerabilidade socioeconômica no município de Santana do Ipanema, Alagoas, mas que demanda complexidade na utilização do instrumental analítico, optou-se por realizar uma análise exploratória a fim de entender, mas não concluir, as possíveis origens da situação de vulnerabilidade socioeconômica em Santana do Ipanema e seus impactos sobre a população e sobre o desenvolvimento do município.

Sendo assim, num primeiro momento foi realizada uma revisão de literatura sobre: desigualdades, pobreza, fome e de como a globalização se apresentava como um instrumento de desigualdades. Para isto foram utilizados como referências os seguintes autores Sen, Desigualdade reexaminada, 2012. Piketty, Economia da desigualdade, 2012. Santos, Por uma outra globalização, 2008. Sendo estes os fundamentos teóricos norteadores da pesquisa.

Após essa elaboração dos fundamentos teóricos da pesquisa foi realizada uma breve caracterização do Estado de Alagoas, tendo como base: o seu processo de formação territorial, numa perspectiva histórica, social e econômica, e as desigualdades observadas no Estado. Para essa caracterização foram utilizados como referências os seguintes autores BNB, Informações socioeconômicas municipais, 2019. Carvalho, Economia popular: uma via de modernização para alagoas 2008. Menezes, A escrita no chão: a formação do território de Alagoas por meio de fontes coloniais, 2011.

Já para a análise dos dados secundários (feito de forma exploratória) foi realizada a prospecção de dados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA) e a Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG). Essa coleta foi realizada no site das respectivas instituições e buscou construir um cenário analítico sobre a situação de vulnerabilidade socioeconômica e da obtenção de desenvolvimento no município de Santana do Ipanema, Alagoas. Além disso, foi realizada uma entrevista, a qual ajudou na obtenção de informações para esta pesquisa.

Também, foi realizada uma entrevista com o sr. Edivaldo Ferreira Queiroz que buscou contribuir para esta pesquisa com informações relevantes, em um período em que o município apresentava um panorama de um possível desenvolvimento, pautado em uma cultura agrícola.

Portanto, com essa pesquisa busca-se sistematizar, analisar e discutir as possíveis causas das desigualdades socioeconômicas no município de Santana do Ipanema, Alagoas, bem como,

os fatores que tende a limitar o desenvolvimento deste município. Isto, por sua vez, pode propiciar um quadro analítico para o desenvolvimento de outros trabalhos.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. DESIGUALDADES

O conceito de desigualdade traz consigo uma vasta gama de interpretações as quais não se limitam a uma única variável, isto é, este conceito pode se referir à desigualdade cultural, intelectual e até mesmo à desigualdade de renda, sendo essa última a mais utilizada para compreender a variabilidade de poder aquisitivo que as pessoas possuem, uma vez que a desigualdade socioeconômica pode ser a propulsora das desigualdades.

De acordo com Sen (2012, p. 30):

A igualdade é julgada comparando-se algum aspecto específico de uma pessoa (tal como a renda, ou riqueza, ou felicidade, ou liberdade, ou oportunidades, ou direitos, ou satisfação de necessidades) com o mesmo aspecto de outra pessoa. Por isso o julgamento e a medição da desigualdade são completamente dependentes da escolha da variável (renda, riqueza, felicidade etc.) Em cujos termos são feitas as comparações. Eu a denominarei “variável focal” - a variável que a análise focaliza ao comparar pessoas diferentes.

Devido a imensidão dos conceitos de desigualdade, a variável focal se faz necessária para designar qual será a desigualdade estudada, no caso deste trabalho, nossa variável focal será à desigualdade socioeconômica, toda via, é impossível falar sobre essa sem mencionar os seguintes indicadores, renda per capita, índice de desenvolvimento humano, índice de Gini entre outros.

Segundo Sen, mesmo após a delimitação do foco de estudo, ainda se faz necessário estabelecer, digamos que padrões de características pessoais, tais como; idade, sexo, aptidões físicas e mentais, pois estas são importantes para avaliar a desigualdade.

A formação de um padrão para categorizar grupos, é de extrema importância na análise da desigualdade, pois uma vez estabelecido um padrão, torna-se possível saber qual o grupo mais afetado pelos indicadores analisados, seja renda, qualidade de vida ou quaisquer outros. Neste sentido, Sen (2012, p. 51), afirma o seguinte:

As diferenças de foco são particularmente importantes devido a diversidade humana generalizada. Fossem todas as pessoas exatamente similares, a igualdade de um espaço (p. ex., rendas) tenderia a ser congruente com a igualdade em outros (p. ex., saúde, bem-estar, felicidade). Uma das consequências da “diversidade humana” é que a igualdade num espaço tende a andar, de fato, junto com a desigualdade noutro.

Essa afirmação consolida a ideia de que o espaço social, de certo modo é constituído pelas desigualdades, uma vez que a diversidade humana nos apresenta essas questões, por exemplo, as lutas de classes que foram travadas ao longo da história do capitalismo nos mostram a inter-relação da formação dos espaços com base nas diversificações de variáveis socioeconômicas.

Todavia, ao analisarmos nossa variável focal sob o prisma das lutas de classes, entenderíamos a partir da dialética marxista como a desigualdade se apresenta, isto é, qual a sua natureza histórica pela perspectiva do trabalho. Para Piketty (2015, p. 35):

A partir da Revolução Industrial, e sobretudo a partir dos trabalhos de Karl Marx (1818-1883), a questão da desigualdade social e da redistribuição de renda é tratada quase sempre em termos de oposição entre capital e trabalho, lucros e salários, patrões e empregados. Assim, a desigualdade é descrita como uma oposição entre aqueles que detêm o capital – isto é, os meios de produção – e recebem seus rendimentos e aqueles que não o detêm e devem concentrar-se com a renda de seu trabalho. A fonte fundamental da desigualdade seria, portanto, a distribuição desigual da propriedade do capital.

Dessa forma, a desigualdade socioeconômica tem em suas entranhas uma luta histórica, onde seus personagens principais são, a classe trabalhadora e o capitalismo, que segundo a teoria marxista, esses entraves são ocasionados pela superexploração que o modo de produção vigente promove, privatizando os lucros e distribuindo os prejuízos.

Ao analisarmos o objeto de estudo desta pesquisa sob um olhar mais técnico, isto é, voltado para a estrutura da ciência econômica, perceberemos que a variação da estrutura social e econômica é impulsionada por um aparato mais tecnicista. Ainda de acordo com Piketty (2015, p. 10):

Será que devemos deixar o mercado e seu sistema de precificação operar livremente e nos contentar em redistribuir a renda por meio de impostos ou transferências fiscais? Ou devemos tentar modificar estruturalmente a maneira como as forças de mercado produzem a desigualdade? Na linguagem dos economistas, essa oposição corresponde a distinção entre a redistribuição pura e redistribuição eficiente. A primeira adequa-se as situações em que o equilíbrio de mercado é de fato eficiente no sentido de Pareto – isto é, quando é impossível reorganizar a produção e a alocação dos recursos de forma que todos sejam beneficiados -, mas nas quais considerações de justiça social pura exijam uma redistribuição que deduza dos indivíduos mais privilegiados e beneficie os mais pobres. A segunda corresponde a contextos em que as imperfeições do mercado acarretam intervenções diretas no processo de produção, permitindo ao mesmo tempo melhorar a eficiência no sentido de Pareto da alocação dos recursos e alcançar a equidade de sua distribuição.

Diante do exposto, é evidente que a própria política de mercado, principalmente, dos modelos baseados no liberalismo e consequentemente no livre mercado, acabam por proporcionar um aumento das desigualdades, visto que as políticas de redistribuição de renda via tributação são ineficazes, uma vez que o problema parte da necessidade de uma reestruturação política e econômica. Sendo assim, o próprio equilíbrio de mercado impulsiona as relações de desigualdade, pois a elasticidade da economia acaba afetando os indivíduos, principalmente os mais pobres.

Como vimos até então, a desigualdade se apresenta das mais variadas formas, contudo, para o filósofo iluminista Rousseau a desigualdade, de modo geral, pode ser compreendida por duas perspectivas. De acordo com Rousseau, (2016, p. 43):

Concebo na espécie humana dois tipos de desigualdade: uma que chamo natural ou física, porque é estabelecida pela natureza e consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito ou da alma., a outra que podemos chamar desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção é estabelecida, ou pelo menos autorizada, pelo consentimento dos homens. Esta consiste nos diferentes privilégios que alguns usufruem em detrimento dos outros, como o de serem mais ricos, mais honrados, mais poderosos que eles, ou mesmo o de se fazerem obedecer por eles.

Percebe-se, que o primeiro viés apresentado pelo autor possui um caráter natural, isto é, a variação de elementos naturais inerentes a vida, a qual é constituída como uma desigualdade voltada a natureza específica do ser, sendo elencada pelas suas aptidões, destrezas entre outros. Porém, o segundo elemento possui um aspecto social, logo, é um fenômeno político, onde as diferenças decorrem de fatores voltados há uma ideia de diferenciação social e consequentemente econômica.

Até o presente momento, analisamos a desigualdade sob várias óticas, desde uma visão sociológica até uma lógica de mercado, todavia, nos deteremos a partir de então a analisar a desigualdade de acordo com a variável renda. Faz-se necessário distinguir duas expressões comumente usadas, mas que possuem conotações distintas, são elas: desigualdade de renda e distribuição de renda. De acordo com Medeiros (2012, p. 21):

As expressões “distribuição de renda” e “desigualdade de renda” evocam ideias muito parecidas, mas, a rigor, não tratam da mesma coisa. Na maioria das vezes, quando dizemos “desigualdade de renda”, estamos, na verdade, nos referindo à “desigualdade na distribuição das rendas”; a distribuição da renda é um objeto, e a desigualdade, uma característica desse objeto. Uma distribuição estatística pode ser descrita a partir de dois tipos básicos de medidas, as de localização e as de dispersão. Medidas de localização comuns

são as de tendência central, como a média e a mediana, e as medidas de dispersão mais comuns são a variância e suas transformações. A desigualdade de rendimentos está relacionada à segunda característica básica da distribuição, sua dispersão. “Distribuição de renda” e “desigualdade de renda”, no entanto, são comumente associadas, e uma frase do tipo “precisamos melhorar a distribuição da renda” deve ser entendida como um apelo para a redução da desigualdade na distribuição dos rendimentos.

De acordo com o autor existe uma certa distinção entre os elementos citados, onde a primeira variável se apresenta como propulsora da segunda, ou seja, a má distribuição de renda seria o objeto central na disseminação da desigualdade de renda, onde está, talvez, seria a principal desigualdade a ser analisada, visto que as demais desigualdades podem se originar pela perspectiva da variação de renda.

As desigualdades salariais poderiam ser compreendidas pela chamada teoria da tecnologia enviesada, onde está diz que as diferenças salariais estão ligadas a um nível de qualificação de mão de obra. Ainda de acordo com Piketty (2015, p. 81):

Essa teoria da longa evolução das desigualdades salariais nos países ocidentais parece plausível a priori, ao menos em sua formulação menos extrema. Nos Estados Unidos, primeiro país afetado por essas transformações, observamos um aumento das desigualdades salariais ligadas ao nível de qualificação: a partir de 1980, os efeitos de um ano de estudos suplementares, um nível de diploma mais elevado ou uma experiência profissional mais longa sobre o salário médio intensificaram-se claramente.

De fato, a mensuração da desigualdade de renda, pode estar ligada a qualificação profissional dos trabalhadores, mas, como os indivíduos de baixa renda vão conseguir obter qualificação profissional, uma vez que essa qualificação necessita muitas vezes de dinheiro para obtê-las. Tendo em vista que a pobreza é consequência dos fenômenos sociais e políticos.

Um instrumento muito utilizado para medir a concentração de renda, é o índice de Gini, o qual foi criado pelo matemático Italiano Conrado Gini. De acordo com o IPEA (Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada) tal instrumento aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, por exemplo, quanto mais próximo de zero for o objeto estudado, haverá menos desigualdade de renda, e quão mais distante o resultado estiver de zero, maior será a desigualdade de renda.

A Tabela abaixo apresenta um exemplo claro que mensura a variabilidade das rendas de acordo com o Índice de Gini.

Tabela 1 – Comparações de concentração de renda no mundo, em 2004.

Posição Ranking Mundial	País	Índice
1	Hungria	0,244
93	Rússia	0,456
109	Argentina	0,522
120	Brasil	0,591
121	África do Sul	0,707

Fonte: Adaptado de IPEA (2004).

Deste modo, é perceptível que a desigualdade de renda no Brasil, possui caráter relevante, como pode ser analisada a partir do Índice de Gini. Todavia, existem algumas críticas em relação a análise da desigualdade social pela variável renda. Por exemplo, Sen (2012, p. 60) afirma que:

um problema importante e frequentemente encontrado surge da concentração da discussão na desigualdade de rendas, como o foco primário de atenção na análise da desigualdade. A extensão da desigualdade real de oportunidades com que as pessoas se defrontam não pode ser prontamente deduzida da magnitude de rendas, pois o que podemos ou não fazer, podemos ou não realizar, não depende somente das nossas renda, mas também da variedade de características físicas e sociais que afetam nossas vidas e fazem de nós o que somos.

É evidente que de acordo com essa citação à variável renda não é necessariamente o foco principal da questão das desigualdades, o autor deixa claro que a própria questão biológica vai mais além da própria renda, por exemplo, independente da renda per capita que um indivíduo tenha, a sua condição natural pode estabelecer uma determinada desigualdade que o impeça de elaborar algo, logo, segundo essa perspectiva do autor, a renda não seria a causa da extensão das desigualdades reais.

Afim de evidenciar a natureza das desigualdades de renda, existe uma teoria, denominada de: teoria do capital humano, isto é, a ideia de que a qualificação de trabalho trará um nível de rendimento satisfatório. Pikkety (2015, p. 69) afirma que:

Aliás, como calcula Robert Lucas [1990], se a diferença de renda média entre os Estados Unidos e a Índia fosse explicada unicamente pela defasagem de dotações em máquinas, equipamentos e etc., concluiríamos que a produtividade marginal de uma unidade de capital suplementar investida na Índia seria 58 vezes superior a produtividade marginal da mesma unidade de capital investida nos Estados Unidos! Com esse tipo de remuneração para o capital investido na Índia, não há imperfeição do mercado do crédito que

explique por que os capitais ocidentais não tentam se apropriar de parte dele. Assim, é importante reconhecer a evidência de que uma parcela significativa da desigualdade entre os países ricos e pobres, e, também, da desigualdade em geral, deve-se não à repartição desigual dos meios de produção, mas à repartição desigual do capital humano.

Como nesse contexto, boa parte da população indiana é analfabeta, isso diminui de forma significativa o retorno financeiro dos investimentos das grandes empresas, assim como evidencia a difusão das variações de renda na Índia e nos EUA, tendo por base, o capital humano.

3.2 POBREZA

Mas, o que é a pobreza? A pobreza assim como a desigualdade possuem conotações que perpassam o óbvio, ou seja, suas representações vão além da literalidade. Apesar de ser difícil estabelecer uma definição de pobreza, cabe aqui mencionar uma ideia bastante atual acerca do tema pobreza. De acordo com, Santos (2013, p. 17):

A questão da pobreza não pode, na verdade, ficar restrita a definições parciais. Já se tentou também estabelecer um limiar estatístico exato da pobreza, tomando como ponto de referência, por exemplo, salários e horas de trabalho. Mas a noção de “linha de pobreza”, avaliada dessa forma por órgãos internacionais interessados em informações quantitativas, e por planejadores preocupados em oferecer soluções contábeis, não constitui um parâmetro válido e não permite comparações.

A pobreza é um fenômeno político e social, todavia, sua compreensão não poder ser reduzida apenas a números, essa variável deve ser compreendida sob várias óticas, no intuito de se obter uma melhor compreensão acerca desse problema.

É importante que se tenha uma definição sobre a ideia do que seria a linha da pobreza, de modo, que uma definição ajudaria a compreender melhor, o que é ser pobre e quais as nações que se enquadram em um suposto perfil. Ainda de acordo com Santos (2013, p. 18):

A medida da pobreza é dada, antes de mais nada, pelos objetivos que a sociedade determinou para si própria. É inútil procurar uma definição numérica para uma realidade cujas dimensões – agora e no futuro – serão definidas pela influência recíproca dos fatores econômicos e sociais peculiares a cada país. Além do que, um indivíduo não é mais pobre ou menos pobre porque consome um pouco menos ou um pouco mais. A definição de pobreza deve ir além dessa pesquisa estatística para situar o homem na sociedade global à qual pertence, por quanto a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo.

A pobreza é um produto social, logo, é suscetível a constantes transformações no que diz respeito a sua natureza, ou seja, aos elementos que impulsionam, agravam ou conduzem a problemática. Logo, esse tema não pode ser analisado apenas pelo quesito: poder aquisitivo.

A complexidade do assunto em questão é tão mutável, que a realidade de um indivíduo que era pobre a 20 anos atrás não pode ser comparada a de outro indivíduo em tempos atuais, isto é, a mensuração da privação de bens, por si só não caracterizam o conceito de pobreza.

Conforme aponta Santos (2013) citado por Bachelard (1972) é mais importante compreender um fenômeno do que medi-lo. Apesar de haver inúmeras divergências sobre o conceito de pobreza, para Schwartzman (2004, p. 13) “A pobreza era entendida como uma condição natural das pessoas, que, em situações especiais, ficavam desvalidas e merecedoras de amparo; à mendicância, por outro lado, era uma deformação de caráter e, por isso, indigna de apoio e ajuda.”

A princípio, essa noção remete ao que o senso comum pensa sobre essa questão, contudo, essa suposta condição não apresenta nenhum rigor científico, isto é, uma explicação plausível para compreender o porquê de existirem pobres e ricos em uma dada sociedade.

Todavia, é importante se ter uma ideia do conceito de pobreza, para obter uma melhor compreensão do fenômeno. Para Barros *et al* (2000, p. 124):

A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal, contudo, podemos afirmar que a pobreza refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. Desse modo, a abordagem conceitual da pobreza absoluta requer que possamos, inicialmente, construir uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade. A noção de linha de pobreza equivale a essa medida. Em última instância, uma linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite, a uma sociedade específica, considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor.

O conceito mencionado acima será a delimitação da ideia em questão, isto é, será utilizada essa interpretação para compreensão desse fenômeno social, uma vez que essa variável é um dos objetos de estudo desse trabalho. A pobreza, também pode ser compreendida por uma lógica social, ou seja, pelo viés da teoria marxista.

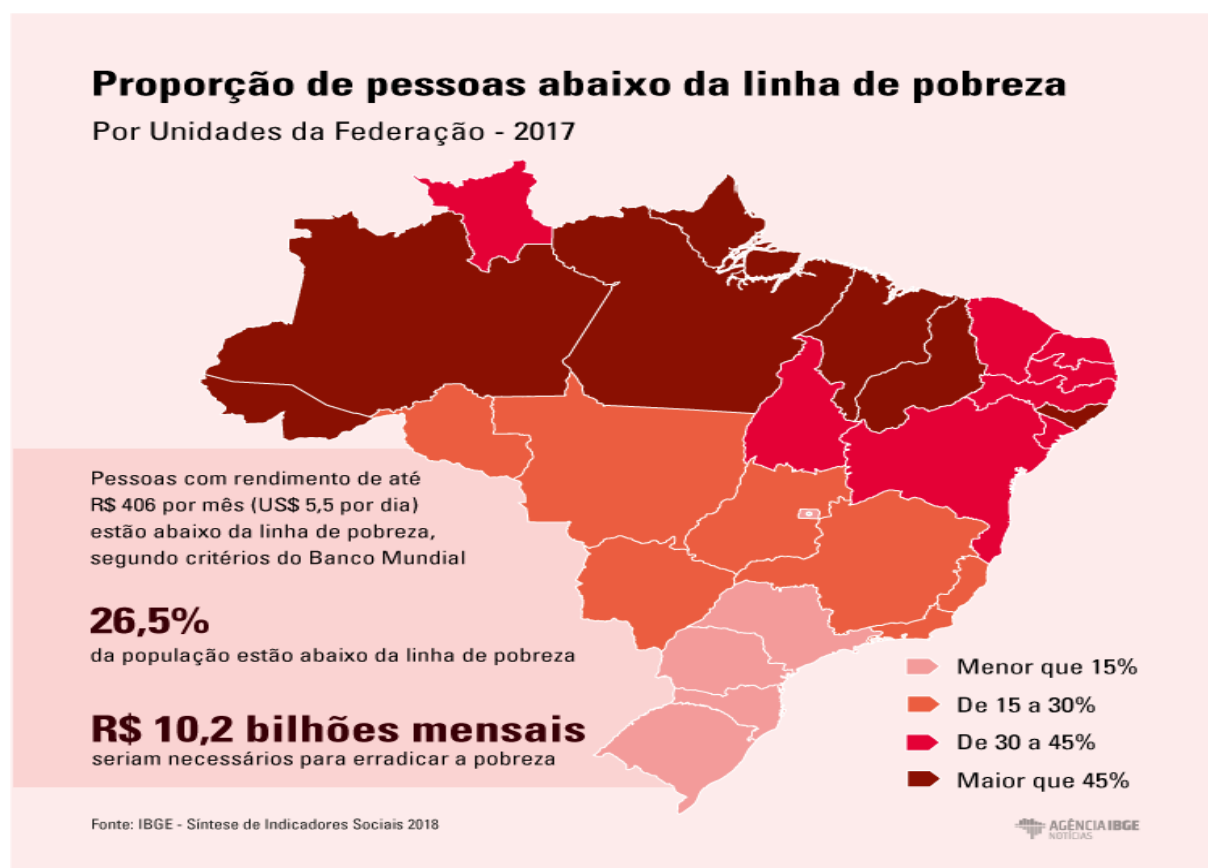
De acordo com Siqueira (2013, p. 16):

A pobreza, no modo de produção capitalista, não pode ser lida como um fenômeno isolado, distante da relação social posta por essa sociedade (que se mantém sob os pilares da contradição de classes, uma relação entre aqueles que vendem sua própria força de trabalho e aqueles que a compra).

Neste sentido, a pobreza seria fruto das relações sociais entre duas classes, sendo elas o proletariado e a burguesia, onde o modo de produção capitalista seria o fator propulsor na disseminação e consolidação da pobreza, uma vez que tal modo de produção, segundo a teoria marxista, sobrevive através da superexploração da força de trabalho.

O Brasil, é um dos maiores países em extensão territorial do mundo, e o maior da América latina, mas, este país possui uma grande quantidade de pessoas que vivem na pobreza, segundo o IBGE (2018). O gráfico a seguir apresenta as informações acerca da pobreza no referido território brasileiro.

Figura 1 – Porcentagem dos níveis de pobreza em território brasileiro, em 2017.



Fonte: IBGE (2018).

Esta figura é muito importante para essa pesquisa, uma vez que o foco da mesma é o município alagoano: Santana do Ipanema, o qual faz parte do Estado de Alagoas. Percebe-se que de todos os nove estados do Nordeste, Alagoas é o único que apresenta o maior índice de pobreza, de acordo com o IBGE são mais de 45% da população do Estado vivendo abaixo da linha da pobreza.

Para Santos (2008) existem três formas de pobreza, a primeira pode ser denominada de pobreza incluída, sendo está uma pobreza acidental ou sazonal, a qual é produzida em alguns períodos do ano.

Essa pobreza pode estar relacionada aos empregos temporários que são gerados apenas em um curto espaço de tempo, no decorrer de um ano, tal qual o período de colheita de cana de açúcar, que emprega trabalhadores durante alguns meses do ano, quando o período de corte acaba, os trabalhadores passam a ficar desempregados, o que resulta na falta de acesso aos bens de subsistência

Todavia, as soluções de cunho imediato para a pobreza sazonal, seriam justamente os programas assistencialistas, tal como o bolsa família, no intuito de mitigar a problemática da pobreza incluída. Para compreender o fundamento assistencialista desse programa, é necessário conhecer seus objetivos, uma vez que essas são as justificativas que deram luz ao surgimento do programa em questão.

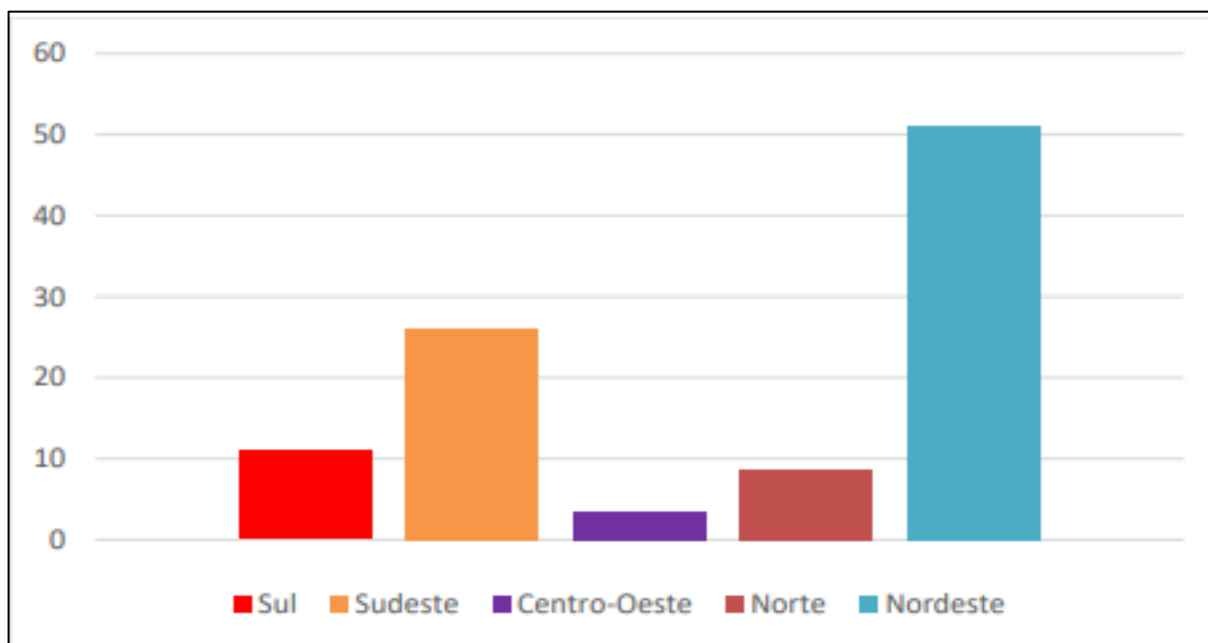
De acordo com, Montali (2018, p. 17):

São objetivos do programa: criar possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares; incentivar o desenvolvimento local dos territórios; assegurar prioridade para os mais pobres; estabelecer o princípio de equidade; aumentar a eficiência e a efetividade do uso dos recursos; unificar, ampliar e racionalizar os programas de transferência de renda e, finalmente, retirar incentivos para políticas setoriais de transferência de renda (como os antigos programas fundidos pelo Bolsa-Família).

Diante disso, o programa surge, de modo geral, na tentativa de apaziguar uma situação de pobreza estrutural que predominava no país desde o século XX. Todavia, além de um programa de cunho assistencial, o Bolsa Família (BF) também é um programa de circulação de renda, uma vez que é através do mesmo que há um aumento do consumo por parte das famílias assistidas.

É de suma importância conhecer quais são as regiões do Brasil que mais têm beneficiários do programa, uma vez que é a partir daí que também será possível entender o grau de pobreza e de pobreza incluída que essas regiões têm, de modo que, a priori aparenta-se haver uma relação positiva entre os programas assistencialista e a pobreza sazonal. O Gráfico a seguir apresenta as famílias beneficiárias por região, no Brasil.

Gráfico 1 – Distribuição de famílias beneficiárias do Bolsa Família por região.



Fonte: MDS (2014).

Diante do gráfico do Ministério do Desenvolvimento social (MDS), é perceptível que a região que possui um maior número de beneficiários do BF, está localizada no Nordeste, isso induz a ideia de que esta é a região do Brasil que possui um grande percentual de pessoas vivendo na denominada, linha da pobreza.

Sendo assim conhecer as várias interpretações acerca da pobreza é de total importância para poder compreendê-la e, também, mensurá-la, uma vez que a pobreza é uma variável extremamente complexa. A fim de delimitar as várias apresentações sobre pobreza, afirma Santos (2008, p. 16):

Ora, desde que a Segunda Guerra terminou, refiro-me sobretudo aos países de Terceiro Mundo, nós tivemos pelo menos três tipos de pobreza diferentes e três definições de pobreza. Primeiro era uma pobreza acidental, residual. Frequentemente estacional, intersticial, uma pobreza sem vasos comunicantes. Uma pobreza vista como desadaptação aos processos de mudanças ou inadaptação entre condições naturais e condições sociais. Nem a cidade, nem o território, nem a própria sociedade urbana então eram movidos exclusiva ou majoritariamente por *driving forces*, compreendidos pelo processo de racionalização. Não vou dizer que vivíamos numa economia natural, mas o artificial era de alguma maneira comandado pelo natural, o que tem repercussões diferentes do oposto – repercussões do ponto de vista econômico, social e cultural. E a solução dos problemas era privada, local, frequentemente assistencialista; a pobreza sendo considerada como um acidente natural ou um acidente social. Mas então podíamos falar dos pobres incluídos, porque havia uma preocupação moral em relação a eles. Depois vem uma outra fase, que coincide com a transição entre esse primeiro momento e a atual, fase em que o Terceiro Mundo buscava equivocadamente imitar o Primeiro Mundo. E a pobreza aparece como a doença da civilização,

produzida, dizem alguns, com o processo econômico; dizem outros, pelo processo econômico, no qual, ao que havia até então, se agregam o componente consumo, o componente circulação, o componente informação, que não eram presentes na fase anterior, e se estabelece uma pobreza relativa. Relativa em relação ao desejável, assim como em relação a outros. E aí começa a grande “farra” dos índices de pobreza. As pessoas incumbidas de estudar a pobreza se deleitavam com a apresentação de índices. Os mais bem-aventurados corriam o mundo catando índices de pobreza para exhibir, para sua promoção nas suas Faculdades.

Essa citação é de extrema importância para entendermos, como de fato a pobreza se instaurou no Brasil, seja por um viés natural ou artificial, artificial no sentido de ter sido provocada por forças de um modelo econômico adotado ou talvez imposto nos países subdesenvolvidos, tais como o Brasil.

Quando as barreiras alfandegárias se limitam no Brasil e a economia passa a se tornar aberta, uma onda neoliberal passa a se instaurar no País promovendo a diminuição do espaço público e o alargamento da esfera privada, onde boa parte do aumento dos índices de pobreza passam a se intensificar neste período, então quando o terceiro mundo começa a adotar políticas estrangeiras que não chegam a ser eficazes em seus países de origem, a chance disso dar certo em um país subdesenvolvido torna-se bastante preocupante.

3.3 FOME

Pelo terceiro ano consecutivo, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) registrou um aumento no número de pessoas passando fome no mundo, que subiu de 815 milhões de indivíduos, em 2016, para quase 821 milhões em 2017.

De acordo com Rodrigues (2005, p.2):

A fome, até o período anterior a II Guerra Mundial, em todo o mundo, se tratava de uma questão demasiado chocante para a sociedade. Isto porque, assim como o sexo, falar de fome era tabu. Apenas após experiências brutais, com a morte de mais de 12 milhões de pessoas por fome, nas duas guerras mundiais, este assunto polêmico passa a ser reconhecido com mais importância

Os países tinham um certo receio em tratar do tema, uma vez que se viesse a público que determinados países possuíam em seu seio uma quantidade significativa de pessoas em situação de fome, o resto do mundo não veria essa nação com bons olhos.

Para Adas (1988, p. 8):

A fome de que se trata aqui significa a situação em que uma pessoa fica, durante um período prolongado, carente de alimentos que lhe forneçam as calorias (energia) e os alimentos nutritivos necessários à vida e à saúde do seu organismo. Os especialistas em nutrição diferenciam dois tipos de fome: a **global** e a **parcial**. A **fome global**, também chamada de fome energética ou calórica, é entendida como a incapacidade de a ração alimentar diária ingerida por uma pessoa fornecer as calorias equivalentes à energia gasta pelo organismo nos trabalhos realizados.

O número de pessoas em situação de privação de alimentos, a nível mundial, não para de crescer, isto pode ser um reflexo do aumento das desigualdades sociais, e consequentemente, da concentração de renda.

Para Castro (1984 p. 291), “A fome não é mais do que uma expressão — a mais negra e a mais trágica expressão do subdesenvolvimento econômico. Expressão que só desaparecerá quando for varrido do país o subdesenvolvimento econômico, com o pauperismo generalizado que este condiciona”. A fome pode ser compreendida, não como causa, mas sim, como consequência das desigualdades, uma vez que a desigualdade socioeconômica é um fator que desencadeia uma série de mazela sociais. Neste sentido, o subdesenvolvimento dos países em que a fome se instala é um fator que impulsiona a problemática tratada.

Ainda, de acordo com Adas (1984, p. 9):

[...] além das calorias, a alimentação deve fornecer determinados elementos nutritivos – como proteínas, vitaminas e sais minerais – que cumpram a função de restaurar as células, os tecidos e os órgãos de todo o nosso organismo. A falta prolongada de qualquer dessas substâncias na alimentação provoca distúrbios e lesões no organismo, com graves consequências à saúde. Essa é a fome denominada **parcial** ou **específica**.

É evidente que os danos causados pela fome possuem impactos profundos à saúde humana, uma vez que a fome não diz respeito estritamente a falta de alimentos, mas também, a qualidade dos alimentos que se ingerem, isto é, quantidade não é qualidade.

Dentro de um bojo mais social, ou seja, uma análise voltada para um aspecto não tão técnico, a respeito da fome, é possível concluir o seguinte:

A geopolítica da fome encontra-se, desde muito, demarcada em países cujas histórias sociais registram a exploração e a dominação dos mercados externos. No caso da América Latina (à exceção de Cuba), desde a década de 50, o aumento do número de famintos está relacionado à instabilidade econômica, à seca de créditos e a queda do poder aquisitivo da maioria da população,

condição esta que estimulou a indústria nacional para aderir às orientações políticas do mercado financeiro internacional (FREITAS, 2013, p. 15).

Diante da ótica da geopolítica, a fome pode ser compreendida como algo mais complexo, o subdesenvolvimento dos países que dependem dos mercados e também do crédito internacional acabam impulsionando as desigualdades, a diminuição do poder aquisitivo e, conseqüentemente, essa instabilidade a qual é instaurada por forças externas acaba sendo refletida no número de pessoas em situação de insegurança alimentar.

Para Roy, (1994 *apud* FREITAS, 2003, p. 16): “Na América Latina, verificam-se acentuados contrastes entre pobreza e riqueza, apesar das projeções do aumento médio dos Produtos Internos Brutos. E o Nordeste brasileiro é o lugar que continua abrigando a fome endêmica de modo tão dramático quanto as áreas mais pobres da África”.

De acordo com o estudo divulgado pelo: Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), vinculado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2016.

A redução da pobreza não acompanhou as alterações em seus principais aspectos ou perfis. Em termos regionais, pouco mudou, com as regiões Norte e Nordeste apresentando as maiores taxas de prevalência da pobreza, bem como as áreas rurais em todas as regiões. Ou seja, a pobreza e a extrema pobreza se reduziu, mas continua sendo mais presente no meio rural e nas regiões Norte e Nordeste (SOARES *et al* 2016, p. 1).

No Brasil, apesar das diversas políticas públicas instauradas no país, a pobreza e conseqüentemente a fome, ainda assolam as regiões Norte e Nordeste, todavia, as regiões rurais do Nordeste, são localidades que não conseguiram se inserir no processo de industrialização tardio, o qual a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) instaurou na década de 1950.

Na tentativa de sanar a problemática da fome no Brasil, o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) implementa uma série de programas sociais, os quais podem ser vistos no Quadro a seguir.

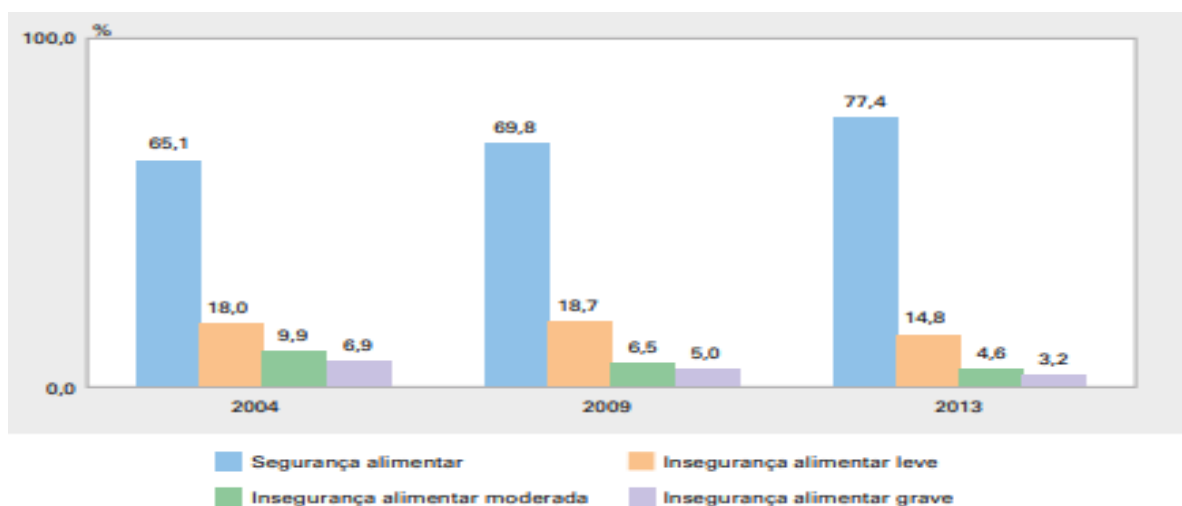
Quadro 1 – Implementação de Programas no combate a fome, em 2010.

Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Programas, Benefícios, Serviços e Ações
Programa de Aquisição de Alimentos de Agricultura Familiar (PAA)
Programa do Leite (PAA Leite)
Programa Restaurantes Populares
Programa Banco de Alimentos
Programa Cozinhas Comunitárias
Programa de Agricultura Urbana
Programa Cisternas
Programa de Feiras e Mercados Populares

Fonte: CGRH/MDS (2010).

Apesar dos vários esforços das políticas públicas brasileiras, a fome ainda vigora no país, nas cinco regiões, em especial no Norte e Nordeste. O Gráfico a seguir apresenta um panorama de dados do IBGE com base na PNAD (Pesquisas Nacional por Amostra de Domicílios) referente a questão da segurança alimentar nos municípios Brasileiros.

Gráfico 2 – Distribuição percentual dos domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, Brasil, 2004 - 2013.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2004/2013).

Ainda de acordo com o IBGE (2013, p. 34):

As prevalências de IA na área rural eram maiores que as verificadas nas áreas urbanas. Em 2013, enquanto 6,8% dos domicílios da área urbana tinham moradores em situação de IA moderada ou grave, na área rural, a proporção

foi 13,9%. Nos domicílios particulares urbanos em IA moderada ou grave viviam 7,4% da população urbana, enquanto nos rurais viviam 15,8% da população rural.

É notável que a zona rural é uma das regiões que mais abrigam mazelas sociais, principalmente na região Nordeste, talvez esse fenômeno social esteja relativamente ligado ao próprio processo de formação econômica e territorial do Brasil.

Faz-se necessário um esclarecimento acerca do tema fome, uma vez que tal problemática não pode ser compreendida apenas pela questão da falta de alimentos, onde, muitas vezes, para alguns autores os alimentos que não têm nutrientes suficientes para sanar as necessidades do corpo humano, não são suficientes para estabelecer uma qualidade de vida. Para Rodrigues (2005, p. 3):

Em todo o mundo se tem discutido a fome, e por este tema ser de grande significado e complexidade, surgiu a necessidade de delimitar alguns conceitos que estão estritamente ligados a esta questão, mas que possuem significados diferentes; destacamos a má nutrição (desnutrição ou subnutrição) e a insegurança alimentar. Existe uma relação entre estes conceitos, “a fome leva a desnutrição, mas nem toda desnutrição se origina da deficiência energética” e, além disso, a desnutrição está mais ligada à pobreza do que a fome. Por exemplo, pessoas com baixa renda familiar, geralmente, não têm as condições necessárias para obter alimentos que supram todas as suas demandas nutricionais, mesmo que não passem fome. A fome e a má nutrição são ameaças à vida e a dignidade das pessoas, não podem ser vistas por um só enfoque, mas em sua dimensão global.

Essa definição acerca do tema em questão é de suma importância para se compreender a gravidade desse fenômeno social, uma vez que a fome é consequência da pobreza, e está é consequência de estruturas econômicas deficientes, as quais só beneficiam uma parcela mínima da população, enquanto os prejuízos são distribuídos entre as classes mais pobres. De acordo com Bonfim (2004, p. 29):

[...] tendo-se em conta que, no Brasil, a fome decorre da falta de recursos financeiros para adquirir alimentos, é importante verificar se o discurso aborda as causas da fome. Se, por exemplo, aponta a fome apenas como um acontecimento, uma manifestação, um fenômeno, sem apontar ou discutir causas, desconfie da possibilidade de esse discurso ter caráter ideológico.

A sociedade, ela não avança em cima de denúncias, mas, a partir de explicações, não se faz suficiente apenas apresentar o problema, mas sim, explicar o fenômeno, isto é, por que existem pessoas em situação de insegurança alimentar no País? Uma vez que o Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo. É de extrema importância que tais questionamentos sejam levados a público, para que a população perceba qual a causa da fome.

3.4 A GLOBALIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO DAS DESIGUALDADES

Antes de se iniciar um determinado estudo, faz-se necessário delimitar o objeto estudado, sendo assim, para entender o fenômeno globalização, é preciso defini-lo. Para Prado (2003) a globalização é um fenômeno de integração de mercados domésticos, dentro de uma vinculação de mercados globais, ou seja, um processo de unificação das economias, sendo meramente um fenômeno socioeconômico. Já para Santos (2008, p. 3):

A pobreza atual é o resultado necessário do presente processo da chamada globalização, porque globalização, todavia não existe. Não existe senão como fábula e como perversidade. Voltaremos a isto. A pobreza é vista como algo racional, no máximo vista como pobreza inerente às dores do parto de um mundo prometido e que não chega nunca. A pobreza é considerada – como é nos nossos tempos e, desgraçadamente, também na academia – como fenômeno natural, não importa o discurso.

Neste sentido, a globalização deveria apresentar um caráter oposto à sua natureza intrínseca de desigualdades, isto é, deveria surgir com uma nova vertente, e não apenas como fábula, ou seja, um discurso ideológico que aparenta trazer impactos positivos ao mundo do trabalho e a vida social.

Toda via, é necessário afirmar que a globalização se apresenta como uma faca de dois gumes, isto é, ela possui seus aspectos positivos e negativos. Dentro da perspectiva da desigualdade, de fato ela acentua as diferenças. Porém, ela também oferece vantagens na disseminação, informacional e cultural.

Para compreender o processo do desenvolvimento histórico pautado na globalização, é necessário apresentar a seguinte afirmação, Oliveira (2004, p. 462) explica que:

A partir dos anos 80, com a queda do Muro de Berlim, que serviu para impulsionar o capitalismo baseado na supremacia da prosperidade econômica, da formação de mercados livres e amplos ganhos de produtividade estimulados pela competição global, foi iniciado um processo de reformas e liberação de atividades controladas pelos poderes públicos, para responder ao modelo que fundamentou o Estado de Bem-estar-social (Welfare State). Os países latino-americanos, passam a ser laboratório de aplicação do novo modelo econômico imposto pelos países desenvolvidos, devido ao grande déficit público, os altos índices inflacionários e estagnação geral das empresas controladas pelo Estado.

Desta forma, o fenômeno da globalização acaba por promover um aumento das desigualdades sociais, uma vez que a fragmentação do espaço se torna mais vigente, seja pelo

aumento da exploração para com a classe trabalhadora, ou pelo esfacelamento da indústria Brasileira, a qual não tem aparato suficiente para concorrer com as multinacionais e transnacionais que se propagaram nos países subdesenvolvidos via globalização.

De fato, existe uma perversidade nesse fenômeno social, onde as classes sociais mais abastadas são as mais beneficiadas em virtude da expansão dos seus lucros. É com a globalização que o enfraquecimento da classe trabalhadora começa a ocorrer, visto que esta era a única classe que detinha poder social enquanto sindicato organizado, uma vez que com a dispersão da produção das grandes indústrias, isto é, divisão das etapas de produção de um mesmo produto os movimentos grevistas passam a não ter tanto poder no quesito melhores condições de trabalho.

Para Oliveira (2004) a orquestração da nova fase do capitalismo implantada nos países latinos durante os anos 80 o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, acabam entrando em cena com um discurso ideológico voltado para o combate das mazelas sociais afirmando que haveria um crescimento econômico positivo, com a implementação de um modelo econômico a nível global, o mito da globalização. Já para Diniz Filho, (2000 *apud* LOCH, 2010, p. 53):

Por globalização ficou entendido que se trata de um fenômeno de integração econômica ocorrido no fim do século XX. Assim, podemos relacionar a inserção mais efetiva do Brasil na Globalização com a década de 90, pois nesse período foram aplicadas políticas que visavam diminuir a influência do Estado na economia e promover a “integração competitiva” do país ao cenário econômico internacional.

Neste sentido, a globalização nada mais é do que uma forma de reestruturação do modo de produção capitalista, tendo em vista que no seu ciclo de funcionamento, o próprio sistema passa por uma série de transformações, logo, o fenômeno da globalização surge como uma nova roupagem do capitalismo financeiro, como uma forma ainda mais perversa do sistema se atrelar ao mundo, ocasionando impactos negativos nos países subdesenvolvidos, como o que aconteceu no Brasil com a abertura de mercado nos anos 80, o que acabou resultando no esfacelamento da indústria de base Brasileira. Neste sentido, de acordo com Loch (2010, p. 52):

Pode-se então inferir que a Globalização, apesar de ser um fenômeno observável, ainda possui uma conceituação imprecisa e carente de mais investigação. Entretanto existem algumas convergências em torno do termo. A globalização pode ser vista sob diversos prismas, sendo que o mais utilizado a entende como um fenômeno sócio-econômico. Nesse sentido, apesar de historicamente o homem globalizar desde os primórdios da civilização, a globalização, sob a semântica atual, teve início nas últimas décadas do século XX. O seu motivador foi o fim da bi-polarização mundial agindo em conjunto

com o vertical avanço tecnológico ocorrido durante a segunda metade do século passado. Esses dois fatores levaram à hegemonia da economia capitalista e a uma crescente facilidade de intercâmbio de diversos fatores entre os países, levando a uma maior integração econômica entre todos os pontos geográficos do planeta.

A corrida tecnológica disputada durante a Guerra Fria, entre EUA e a URSS, acaba impulsionando a economia americana, com o fim do conflito ideológico entre essas duas nações houve uma motivação para uma nova reestruturação do modo de produção capitalista. Diante deste contexto, Oliveira (2004, p. 463), expõe que:

A partir dos anos 80, foi iniciado um processo de integração mundial, que para muitos não seria uma novidade, denominado globalização. Este processo era parte de uma ideia de reestruturação do Estado, que consistia em um processo ideológico de expansão do capitalismo, parte integrante de um projeto desenvolvido pelos teóricos do neoliberalismo. A globalização recebeu no âmbito teórico várias denominações, tais como: aldeia global, fábrica global, terra-pátria, nave espacial, terceira onda, mundialização, desterritorialização, cidade global, etc. Enfim, uma profusão de expressões, que ao final buscam descrever e interpretar um mesmo significado: um movimento social, político, econômico, cultural, jurídico, que visa transformar e modificar todo o sistema de relações internacionais, reorientando e reformulando as decisões dos Estados-Nações, desde as mais diversas áreas da vida social até (e principalmente) os diversos sistemas produtivos e financeiros, com reflexos imediatos no sistema de emprego e nas diferenças entre países ricos e pobres.

Sendo assim, a globalização passa a influenciar não só a economia, mas a vida social, o mundo do trabalho a cultura e tantos outros seguimentos da sociedade, tendo uma característica inteiramente liberal, a qual é baseada em um espaço de privatizações com uma política de Estado mínimo.

Para Campos e Canavezes (2007, p. 81):

A era da Globalização tem sido marcada por enormes avanços tecnológicos, pelo acentuado desenvolvimento do comércio internacional e pela transnacionalização do investimento e do capital; aparentemente, estar-se-ia num clima de prosperidade econômica. No entanto, os ganhos em termos de desenvolvimento humano foram bastante menos impressionantes. Áreas consideráveis do mundo menos desenvolvido estão a ser deixadas para trás. As diferenças em termos de desenvolvimento humano entre países ricos e pobres, já de si grandes, aumentaram.

A globalização elucida o discurso das ciências sociais face a desigualdade estar ligada a uma má distribuição de renda e um acúmulo de riquezas nas mãos de um pequeno grupo, dessa forma, o fenômeno em questão acaba impulsionando essas desigualdades, visto que o

crescimento econômico difere do desenvolvimento social. Assim a globalização, como já foi visto anteriormente, é um fenômeno tão político como social, o qual Santos (2008, p. 19) afirma que:

De fato, para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes medias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos continentes. Novas enfermidades como a SIDA se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção. A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização.

É sabido que o fenômeno da globalização acentua as desigualdades sociais, por exemplo, o processo de acumulação de capital ocorrido durante as primeiras revoluções industriais provocou um aumento crescente das desigualdades.

Na contemporaneidade, com a inserção de políticas neoliberais e com a globalização como um instrumento do capitalismo, essas desigualdades passam a aumentar em grandes proporções, haja visto que com a integração de mercados e o avanço tecnológico, a acumulação de capital e, conseqüentemente, a desigualdade de renda passam a crescer de forma gradativa, visto que esses dois fatores que são característicos do fenômeno em questão passam a ter uma estrutura global. Deste modo, Santos (2008, p. 56) explica que:

Com a globalização impõe-se uma nova noção de riqueza, de prosperidade e de equilíbrio macroeconômico, conceitos fundados no dinheiro em estado puro e aos quais todas as economias nacionais são chamadas a se adaptar. A noção e a realidade da dívida internacional também derivam dessa mesma ideologia. O consumo, tornado um denominador comum para todos os indivíduos, atribui um papel central ao dinheiro nas suas diferentes manifestações; juntos, o dinheiro e o consumo aparecem como reguladores da vida individual.

A imensa abrangência dos mercados globais, situados em todo o mundo acabam impulsionando o consumo, uma vez que com o livre mercado as economias de países subdesenvolvidos passam a se tornar reféns das grandes transnacionais. Sendo assim, pela lei da oferta e demanda a grande concorrência acaba diminuindo o valor de bens de consumo, tornado a sociedade consumista, logo, a vida humana passa a ser guiada por impulsos intuitivos ao dinheiro.

O processo de instauração da globalização nos países subdesenvolvido, ocorre por meio de uma imposição, como apresenta Oliveira (2004, p. 466):

Nos países periféricos, principalmente os latino-americanos, a globalização tornou-se uma obrigação imposta pelas grandes potências econômicas mundiais, através de processo de estruturação desenvolvido pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. As razões para a imposição de políticas econômicas neoliberais nos países periféricos ocorreram devido ao declínio do Estado da Welfare State e a necessidade de resguardar o capital privado dos grandes investidores internacionais, exigindo a reestruturação das relações, envolvendo Estado, sociedade civil e setor privado, priorizando, sobretudo, o mercado financeiro.

Neste sentido, os países latinos passam a ser reféns da política econômica internacional, e principalmente, do sistema financeiro, tendo em vista que esse é o atual estágio do capitalismo. Logo, os países em desenvolvimento, tais como o Brasil, ficam sujeitos a uma política econômica, a qual não consegue se desenvolver de forma positiva em seus países de origem, tal como os EUA, que dirá em um país que ainda remete características da colônia portuguesa. No que se refere a renda, Turolla (2004, p. 19) argumenta que:

Ao analisar o impacto da globalização sobre a questão da distribuição de riqueza, a desigualdade entre os países salta aos olhos. De um lado, temos um seleto grupo de países de alta renda per capita, que abriga cerca de 1 bilhão de pessoas. Esse grupo não chega a representar um sexto da população do planeta, mas detém mais da metade da renda mundial. De outro lado, temos 2,5 bilhões de pessoas que vivem em países de baixa renda, cuja fatia no bolo da renda mundial não chega a um terço

Diante do exposto, é notável que dentro do conceito de desigualdade abordado no início deste capítulo, assim como os demais subtemas, o fenômeno social da globalização se enquadra nesse processo ardiloso, mascarado por uma ideologia pífia, a qual dá cabo ao aumento das deficiências políticas, econômicas e sociais, principalmente, aos países subdesenvolvidos, que nada mais são, do que laboratórios de políticas econômicas nefastas.

4. UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS: UM OLHAR SOBRE AS DESIGUALDADES

4.1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ALAGOAS

A necessidade de expansão do que fora o capitalismo comercial europeu desencadeou um processo de navegação marítima que acabou culminando na colonização do que hoje é o Território Brasileiro. Para Menezes (2011, p. 18):

A ocupação das terras brasileiras pelos colonizadores foi efetuada, inicialmente, nas regiões costeiras, adentrando por uma estreita faixa para o interior, se considerada a dimensão do território brasileiro, seja o estabelecido pelas capitanias hereditárias, seja o atual. No contexto colonial alguns pontos do território destacaram-se devido ao desenvolvimento econômico e urbano, como a região Nordeste, que ocupava posição importante no cenário das ações colonizadoras.

A Região Nordeste, foi a primeira região do Brasil a sofrer um processo de exploração acentuada, a qual acorrera dois ciclos econômicos, o ciclo do Pau Brasil e, posteriormente, o ciclo do açúcar. De acordo com (Araújo, 2011 apud Furtado, 1961, p.100):

Não existiria em caráter efetivo outro fenômeno socioeconômico no país que melhor evidencie a formação de nossa identidade territorial, que a produção açucareira, por ter sido está a grande motivadora dos portugueses para a colonização das terras por eles descobertas em função das grandes navegações. Diversas políticas estatais canavieiras foram sistematicamente se constituindo no Brasil, estabelecendo-se desde o engenho colonial até a época das usinas sucroalcooleiras modernas.

Neste sentido, a caracterização do território alagoano, foi fortemente moldada pelo viés da produção açucareira, a qual ainda faz parte das atividades econômicas do Estado. Todavia, o setor sucroalcooleiro estabelece uma problemática acerca da questão social no Estado, uma vez que as atividades de corte de cana, por muito, é considerada sub-humana.

Condições insalubres de moradia, intermediação de trabalho, acidentes de trabalho, mortes por exaustão, homicídios, prostituição, frequentemente ocorrem na periferia das cidades que acolhem estes trabalhadores (ANDRADE; DINIZ, 2007).

É evidente, portanto, que o aumento da produtividade do corte da cana nos últimos anos pode ser levantado como um dos fatores responsáveis por essa superexploração do trabalho que tem provocado morte e adoecimento (ALVES, 2006 *apud* SANTOS, 2009, p. 5).

Para se ter uma ideia da expansão da produção canavieira nos últimos anos, na década de 1980, a média (produtividade) exigida pelas usinas era de 5 a 8 toneladas de cana cortada

por dia; em 1990 aumentou para 8 a 9; de 2000 a 2004 foi para 10 toneladas; e a partir de 2004 passou de 10 a 12 e 15 toneladas de cana cortada por dia (SILVA, 2009 *apud* SANTOS, 2009, p. 5).

A superexploração ocasionada pelo setor sucroalcooleiro é evidente, dessa forma, quando as relações de trabalho se alteram no sentido do ganho da produtividade, o grau de exploração passa a ser intenso, ocasionando no aumento das desigualdades.

A mais valia aqui apresentada é no mínimo assustadora, uma vez que a relação entre o lucro gerado pela força de trabalho e o salário recebido por tal, é inversamente proporcional. Contudo, o grau de exploração e condições degradantes de trabalho aumentam à medida que a produtividade cresce, e consequentemente, o lucro.

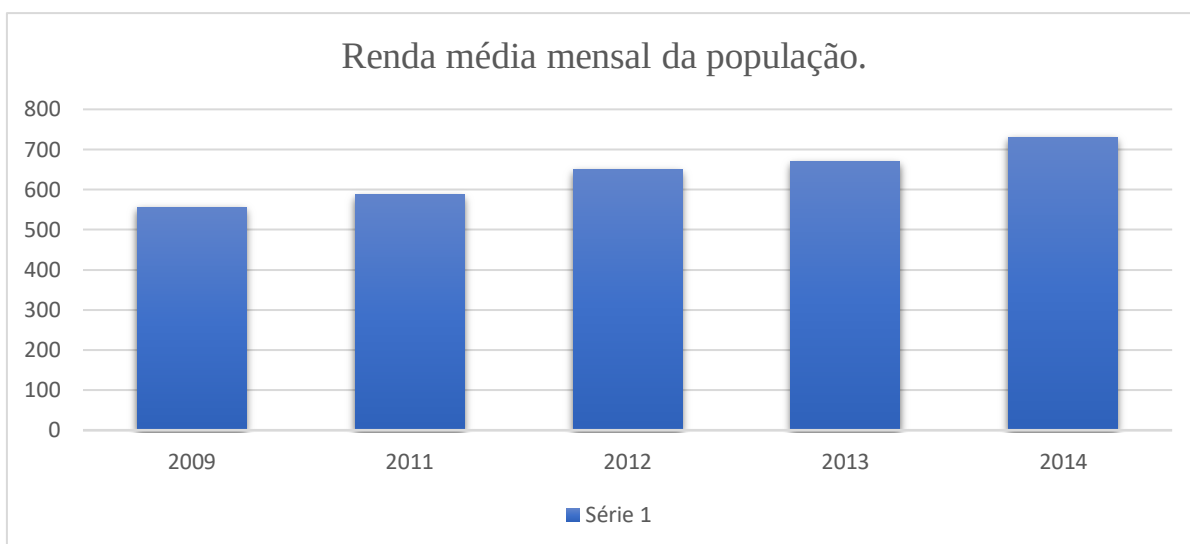
4.2 ALAGOAS E SUAS DESIGUALDADES

Ao tentar analisar a desigualdade social em Alagoas, afirma Carvalho (2008, p. 9):

Não podemos discutir Alagoas atual sem analisar seus problemas estruturais. A razão primeira das dificuldades da economia, alagoana é a combinação da sua pobreza com os frágeis indicadores sociais. O estado tem uma sociedade marcada por um dado incomodo: 62% da população é considerada pobre, pela pesquisa Radar Social do IPEA, e mais da metade dos seus habitantes se beneficia do programa Bolsa Família. Entre os nove Estados do Nordeste (a região menos desenvolvida do País), Alagoas apresentava, em 2005, a 3 menor renda per capita (4.683 reais por ano), resultado da divisão do Produto Interno Bruto (14,1 bilhões de reais) por sua população (3 milhões de habitantes). Uma renda que representa apenas 40% da média nacional, sendo também 20% menor que a média nordestina.

Os dados mostram o quão grande é a desigualdade social em Alagoas, tendo em vista que esses números colocam o estado em uma das piores posições do país, dentro do quesito desenvolvimento socioeconômico. Todavia, a desigualdade de renda não é uma problemática presente apenas no Estado de Alagoas, mas sim, em todo o Brasil. Contudo, a Região Nordeste apresenta os maiores índices de desigualdade social. O gráfico a seguir apresenta a lenta evolução salarial da Região Nordeste.

Gráfico 3 – Renda média mensal da região Nordeste, 2009 à 2014.

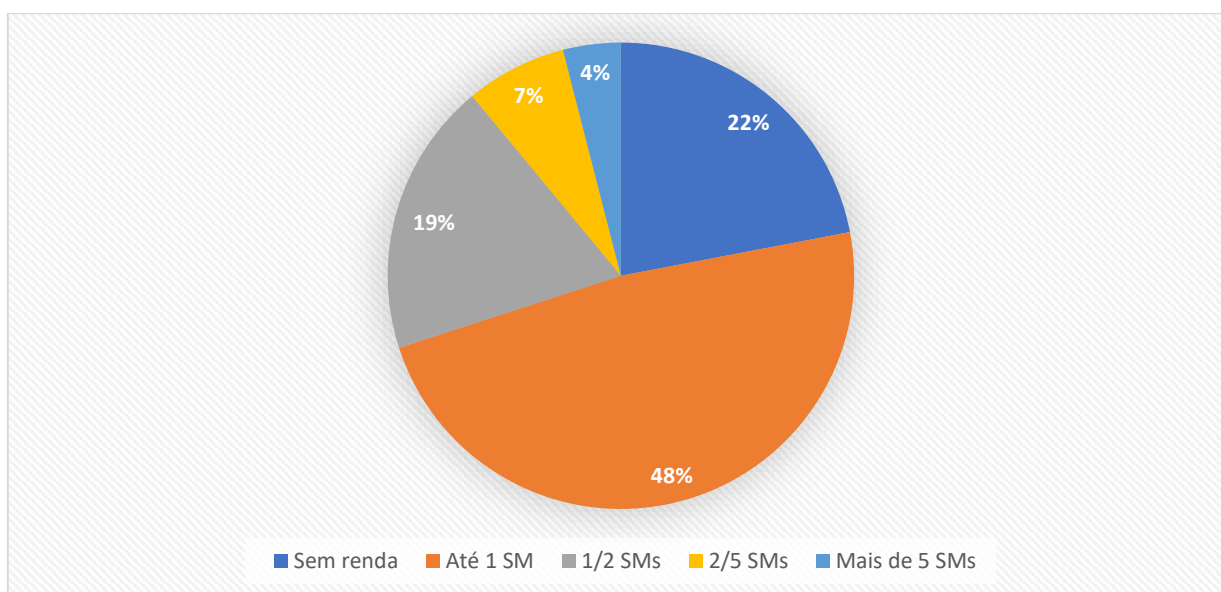


Fonte: Autor (2019)

Nota: Dados extraídos do IPEA/DATA.

Em uma variação de cinco anos, o salário médio mensal apresentou um lento crescimento. Esses dados assustam, pois, a partir desses números é possível compreender o nível da desigualdade de renda que assola o Nordeste. O Gráfico a seguir apresenta a má distribuição de renda no estado de Alagoas.

Gráfico 4 – Renda das pessoas de dez anos ou mais, Alagoas, 2006.



Fonte: IBGE/PNAD (2006).

De acordo com Carvalho (2008, p. 11):

A pobreza combinada com a má distribuição de renda são os elementos determinantes para a compreensão de outros fenômenos regionais. A economia do Estado possui um reduzido parque industrial, uma agricultura com alguns poucos setores dinâmicos e uma rede de comércio e serviços baseada na economia informal, pouco desenvolvida, e, por isso, incapaz de gerar mais empregos. Apresenta, ainda, uma das mais concentradas distribuições de renda do Brasil.

A tabela a seguir apresenta um panorama acerca do processo de desenvolvimento que o Estado de Alagoas atingiu em uma variação de vinte anos.

Tabela 2 – Evolução do IDH e Índice de Gini - Anos selecionados - Alagoas, Nordeste e Brasil.

Índices de Desenvolvimento Humano e de Gini	Alagoas	Nordeste	Brasil
IDH (1991)	0,370	0,405	0,501
IDH (2010)	0,682	0,660	0,726
Índice de Gini (1990)	0,574	0,626	0,614
Índice de Gini (2013)	0,525	0,537	0,527

Fonte: IPEA (2014)

Nota: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IPEA/DATA.

É notável que houve uma melhoria dos indicadores sociais, apesar desses números estarem abaixo da média que o Brasil apresenta, é inegável que houve avanços positivos na mitigação da desigualdade. De acordo com Carvalho (2008, p. 26):

Os dados econômicos – produto interno bruto, distribuição de riqueza, estrutura fundiária – desenharam o quadro de dificuldades a ser enfrentado por Alagoas, para romper o atual estágio de subdesenvolvimento econômico. Mas, esse perfil atrasado vem, principalmente, dos indicadores sociais negativos que levam a reflexão permanente sobre a necessidade de um longo trabalho para modificar a paisagem humana do Estado.

É de extrema importância que se tenha um perfil dos indicadores socioeconômicos em Alagoas, uma vez que é a partir desses indicadores, que será possível elaborar medidas para tentar mitigar as mazelas sociais encontradas no referido Estado.

Para Vidal (2015, p. 35):

Alagoas é o maior produtor nordestino de cana-de-açúcar, respondendo por mais de 40% da produção regional, sendo que grande percentual dessa matéria-prima é destinada para fabricação de açúcar. Assim, o Estado é também o maior produtor de açúcar do Nordeste, correspondente por mais de 50% do volume desse bem produzido na Região. A demanda crescente por açúcar no mercado mundial e por etanol no mercado interno, por conta do aumento da frota de veículos flex, resultou no crescimento de investimentos no setor produtivo de cana-de-açúcar no Brasil na década de 2000.

A Tabela a seguir apresenta os valores a respeito da produção de determinadas culturas em Alagoas.

Tabela 3 – Valor da produção das principais culturas temporárias e permanentes, Alagoas, 2002 e 2012.

Culturas	Valor da Produção (mil R\$)			Participação (%)	
	2002	2012	Var (%)	2002	2012
Lavoura temporária	1.845.863	1.828.446	-0,9	94,5	96,6
Cana-de-açúcar	1.537.943	1.627.102	5,8	78,7	86,0
Mandioca	108.084	139.151	28,7	5,5	7,4
Fumo	16.686	22.519	35,0	0,9	1,2
Batata-doce	11.935	14.743	23,5	0,6	0,8
Arroz	12.374	7.737	-37,5	0,6	0,4
Feijão	96.703	6.348	-93,4	5,0	0,3
Outros	62.137	10.846	-82,5	3,2	0,6
Lavoura permanente	107.266	64.455		5,5	3,4
Banana	26.208	22.038	-15,9	1,3	1,2
Laranja	52.145	18.112	-65,3	2,7	1,0
Coco-da- baía	25.370	16.190	-36,2	1,3	0,9
Mamão	40	3.933	9.704,4	0,0	0,2
Manga	1.713	1.406	-17,9	0,1	0,1
Maracujá	1.513	1.470	-2,8	0,1	0,1
Outros	277	1.306	371,5	0,0	0,1

Fonte: Vidal (2015).

Nota: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

É perceptível que a produção do setor sucroalcooleiro lidera em relação as demais, mas, esses números podem representar um aumento significativo de concentração de renda, que acaba resultando no aumento das desigualdades, visto que com o aumento da produção, o grau de mais-valia pelo qual os trabalhadores são submetidos tendem a aumentar, enquanto o lucro gerado pelos mesmos cresce na contra mão do salário real.

Em relação a isso, afirma Vidal (2015, p. 40):

Apesar de Alagoas possuir amplas possibilidades de explorações agrícolas diversificadas, a exemplo da citricultura e fruticultura irrigada, o valor de produção agrícola do Estado é fortemente concentrado na cana-de-açúcar. As demais culturas exploradas, tanto as lavouras temporárias quanto as permanentes, são importantes sob o ponto de vista socioeconômico para pequenos produtores rurais, porém ainda possuem pouca representatividade em termos de valor da produção.

Neste sentido, os investimentos para outras culturas chegam a ser mínimos se comparado aos realizados para o setor sucroalcooleiro. Ademais, é sabido que este setor não é o responsável pela garantia da segurança alimentar. No entanto, é o setor mais beneficiado, já a educação, é uma variável a qual, a longo prazo, pode mitigar as desigualdades sociais, a tabela a seguir apresenta o nível de analfabetismo em alagoas.

Tabela 4 - Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos de Idade ou Mais, Alagoas, 2012 à 2015.

BR/NE/AL	2012	2013	2014	2015
BRASIL	8,7	8,3	8,3	8,0
NORDESTE	17,4	16,6	16,6	16,2
ALAGOAS	21,8	21,6	22,0	20,0

Fonte: IBGE/PNAD (2015).

O número de pessoas analfabetas em Alagoas é muito grande, se comparado ao país e, também, ao Nordeste. É uma situação preocupante pois a educação poderia mitigar a desigualdade. Contudo, este é problema que precisa ser sanado o mais depressa possível.

Ao realizar uma análise sobre a região do Estado que tem sua atividade econômica voltada para a agricultura e pecuária, torna-se absurdo o fato de não haver grandes investimentos visto que é uma região extremamente castigada pela seca, o Semiárido Alagoano. A Região do Semiárido Alagoano é composta por 37 municípios que, segundo o último Censo do IBGE (2010), esta região possuía cerca de 962.404 habitantes.

Figura 2 – Mapa da Região do Semiárido Alagoano, 2016.



Fonte: SEPLAG (2016).

A Região do Semiárido Alagoano compõe cerca da metade do estado de Alagoas, logo, torna-se perceptível que esta região poderia ser um vetor de crescimento e desenvolvimento econômico para o estado. Contudo, as maiores cidades que compõe o Semiárido Alagoano possuem um nível de desenvolvimento humano relativamente baixo, assim como, uma pequena parcela de pessoas ocupadas em relação ao total de habitantes de cada cidade, como mostra a Tabela abaixo.

Tabela 5 – Municípios que compõe a Região do Semiárido Alagoano.

Cidade	População estimada 2018	Pessoal ocupado [2016]	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]
Mata Grande	25.226	952	0.504
Pariconha	10.527	595	0.548
Delmiro Gouveia	51.763	4.772	0.612
Água Branca	10.161	635	0.572
Olho d'Água do Casado	9.303	573	0.525
Inhapi	18.378	935	0.484
Canapi	17.726	864	0.506
Ouro Branco	11.456	497	0.547
Maravilha	9.326	400	0.569
Poço das Trincheiras	14.354	722	0.526
Senador Rui Palmeira	13.818	656	0.518
Piranhas	24.891	1.558	0.589
São José da Tapera	32.111	2.234	0.527
Pão de Açúcar	24.446	1.308	0.593
Carneiros	9.000	482	0.526
Santana do Ipanema	47.486	4.896	0.591

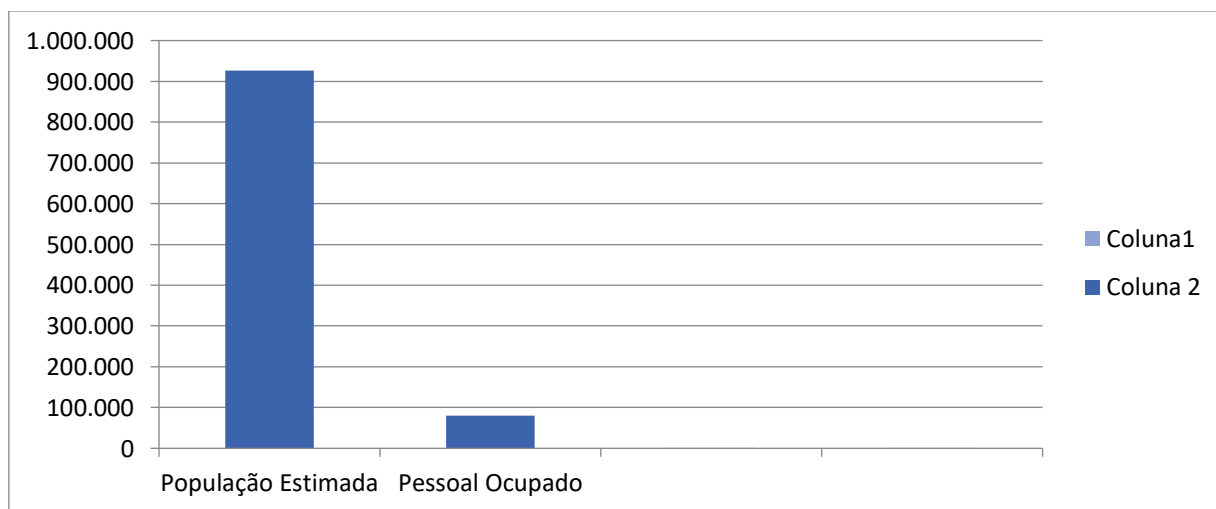
Dois Riachos	11.054	610	0.532
Olivença	11.591	648	0.493
Olho d'Água das Flores	9.303	573	0.525
Monteirópolis	7.153	480	0.539
Jacaré dos homens	5.288	280	0.583
Palestina	4.985	309	0.558
Belo monte	6.696	371	0.517
Batalha	18.455	1.675	0.594
Jaramataia	5.597	419	0.552
Major Isidoro	19.891	1.172	0.566
Cacimbinhas	10.730	598	0.531
Minador do Negrão	5.337	372	0.563
Estrela de Alagoas	18.153	813	0.534
Palmeira dos Índios	73.096	7.050	0.638
Igaci	25.649	1.348	0.564
Craíbas	24.129	1.118	0.525
Arapiraca	230.417	40.924	0.649
Girau do Ponciano	40.588	1.227	0.536
Lagoa da Canoa	17.934	992	0.552
Feira Grande	22.152	874	0.533
Traipu	27.632	1.228	0.532

Fonte: Autor (2019).

Nota: Dados extraídos do IBGE/PANORAMA CIDADES.

O número de pessoal ocupado com base no tamanho da população, aparenta ser desproporcional, todavia o baixo IHD torna-se presente nas quatro maiores cidades do semiárido alagoano. O gráfico abaixo mostra a estimativa da população total dos municípios que compõem o semiárido alagoano e, também, o número de pessoas ocupadas.

Gráfico 5 – População estimada e pessoal ocupado no Semiárido Alagoano, 2018.



Fonte: IBGE (2018).

Do total da população estimada de 925.802 mil pessoas apenas 79.036 mil são ocupadas, uma proporção relativamente baixa em relação a estimativa total, na Tabela 1, apenas três cidades apresentaram um IDH de pouco mais de 0,600, isto significa que os índices de desenvolvimento social que trabalham com expectativa de vida ao nascer, nível de escolaridade e renda per capita estão abaixo da média.

5. UM OLHAR SOBRE A POBREZA NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA, ALAGOAS

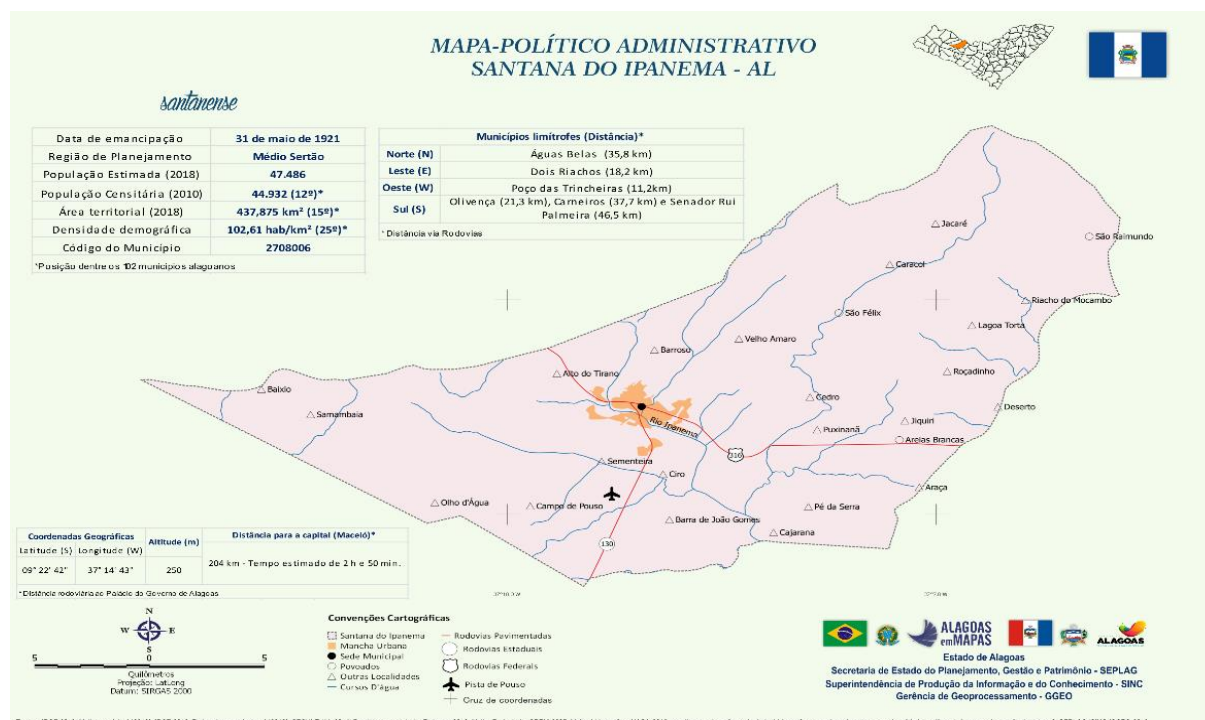
5.1 UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Santana do Ipanema é uma cidade do interior de Alagoas, a sua formação histórica ocorre da seguinte maneira diz o IBGE (2019) ¹

A história de Santana do Ipanema conta que, no final do século XVIII, a atual cidade não passava de um arraial, habitado por índios e mestiços. Com a chegada do padre Francisco José Correia de Albuquerque à região (vindo de Pernambuco), os índios foram catequizados e a primeira igreja construída. Em 1815, os irmãos Martins e Pedro Vieira Rêgo, descendentes de portugueses e vindos da Bahia, foram beneficiados pelo rei com uma sesmaria, instalando-se perto da Ribeira do Panema (próxima às serras da Camonga, Caiçara e Guty), transformando suas terras em grandes fazendas e tornando-se os primeiros colonizadores.

O mapa a seguir faz referência a localização geográfica do Município de Santana do Ipanema, Alagoas.

Figura 3 – Mapa da cidade de Santana do Ipanema, Alagoas.



Fonte: SEPLAG (2019).

¹ Informação retirada do banco de dados da biblioteca do IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=31230&view=detalhes>

De acordo como IBGE (2019) o município de Santana do Ipanema, Alagoas, tem uma população estimada de 47.654 pessoas para o ano de 2019. Contudo, o Censo de 2010 registrou uma população de 44.932 pessoas. A densidade demográfica desse município é de 102,61 hab/km². A Tabela a seguir apresenta o perfil demográfico do município em questão, assim como seu crescimento comparando a região a qual está inserida e, também, o nível de crescimento do país.

Tabela 6 - Área, População e Densidade Demográfica, Santana do Ipanema, 1991, 2010 e 2016.

Unidade Geográfica	Área Territorial Km²	População (nº de pessoas)			Densidade Demográfica		
		1991	2010	2016	1991	2010	2016
Brasil	8.515.767	146.825.475	190.755.799	206.081.432	17,2	22,4	24,2
Nordeste	1.554.291	42.497.540 2.514.100 36.088	53.081.950	56.915.936	27,3	34,2	36,6
Alagoas	27.848		3.120.494	3.358.963	90,3	112,1	120,6
Santana do Ipanema	438		44.932	48.033	48.033	94,7	102,6

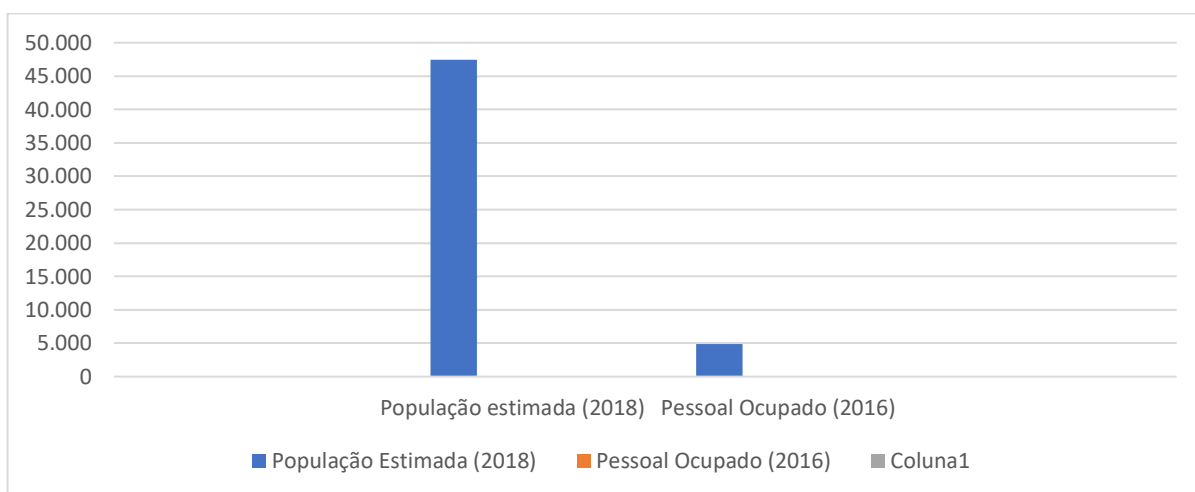
Fonte: IBGE, Censo Demográfico; IBGE, Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2016; IBGE, Área Territorial Oficial (2015).

Com base na Tabela 7, é possível inferir que em uma variação de dezessete anos a população da cidade em questão aumentou gradativamente, uma média de 12.000 pessoas. O crescimento demográfico pode implicar em algumas questões sociais, como afirma Lucci *et al* (2005, p. 320):

A explosão demográfica do século XX foi um fenômeno do mundo subdesenvolvido, que a partir da década de 1950 passou a registrar elevadas taxas de crescimento demográfico. Alguns países subdesenvolvidos chegaram a dobrar a sua taxa de crescimento em menos de três décadas. Foram esses países que mais contribuíram para o crescimento da população mundial nesse século. Atualmente eles concentram 80% da população do planeta, esse índice tende a aumentar. [...] O fenômeno da explosão demográfica assustou o mundo e fez surgirem novas teorias demográficas. As primeiras associavam o crescimento demográfico à questão do desenvolvimento e propunham soluções antinatalistas para os problemas econômicos enfrentados pelos países subdesenvolvidos. Ficaram conhecidas como teorias neomalthusianas, por serem catastróficas e apontar o controle populacional como única saída.

Neste sentido, a teoria Malthusiana tinha uma abordagem bastante polêmica, uma vez que acreditava-se que o crescimento desenfreado da população comprometeria os recursos naturais, acarretando em uma situação de miséria. O gráfico a seguir traz uma projeção da população média de Santana do Ipanema, e da população ocupada, isto é, que exercem alguma atividade com remuneração.

Gráfico 6 – População estimada e pessoal ocupado, Santana do Ipanema, 2016 e 2018.

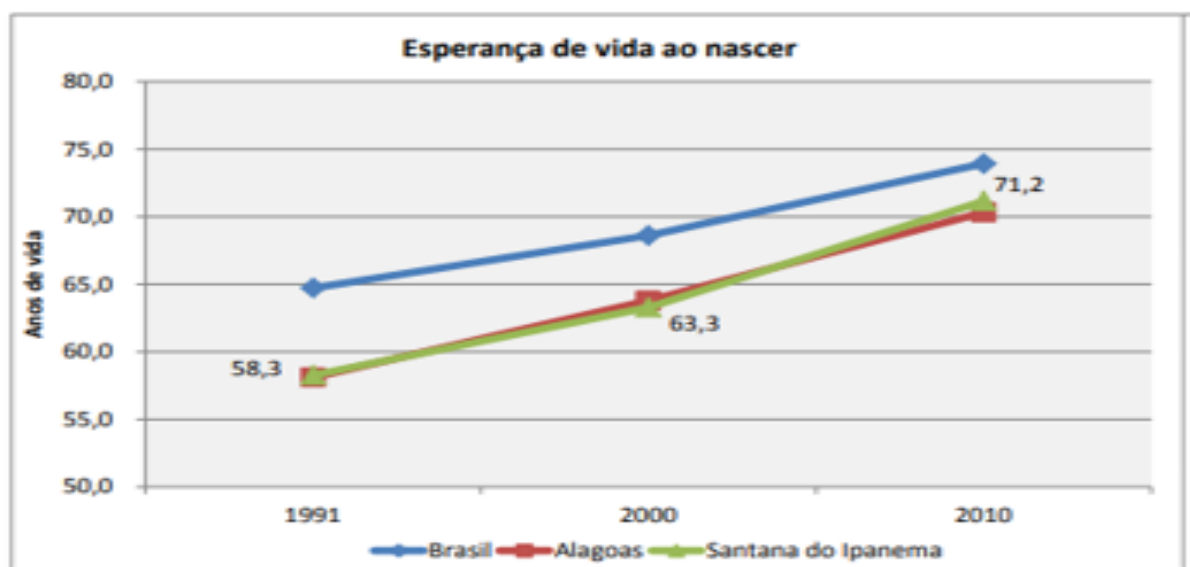


Fonte: IBGE (2018).

A disparidade entre o número de habitantes, e o baixíssimo número de pessoas ocupadas é bastante preocupante, tendo em vista que o município está entre os quatro maiores do Estado. Contudo, a realidade de Santana, não é um caso isolado, como foi visto na Tabela 6, a mesma realidade está presente em vários municípios.

Os Gráficos abaixo, apresentam as variáveis demográficas voltadas a natalidade e mortalidade.

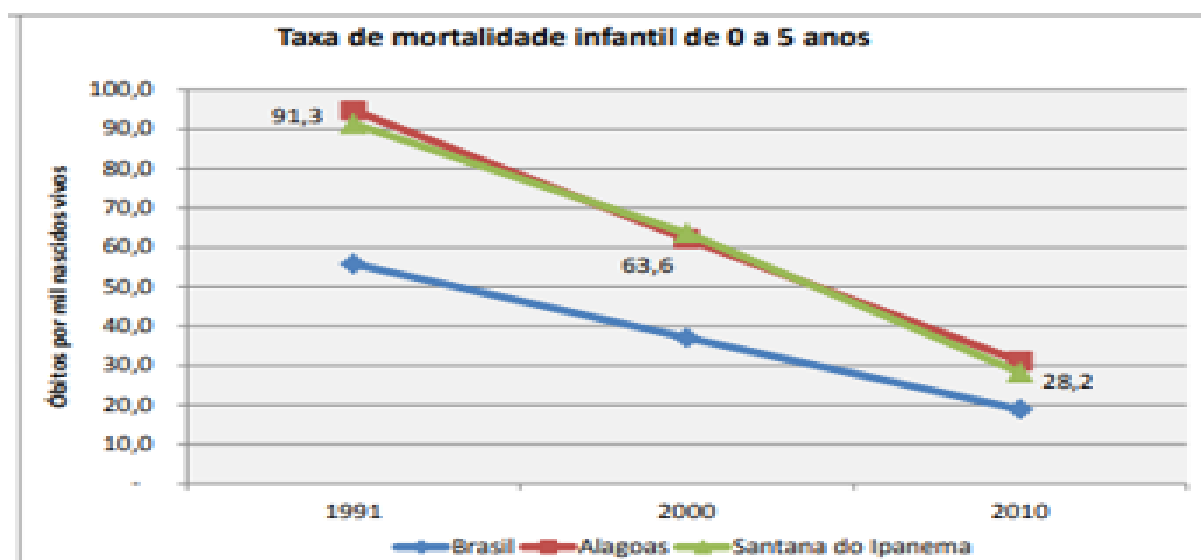
Gráfico 7 – Informações demográficas, natalidade, Santana do Ipanema, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Elaboração: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

Nota*: Percentual da população com menos de 15 anos e acima de 65 anos em relação à população de 15 a 64 anos.

Gráfico 8 – Informações demográficas, mortalidade, Santana do Ipanema, 1991, 2000 e 2010.



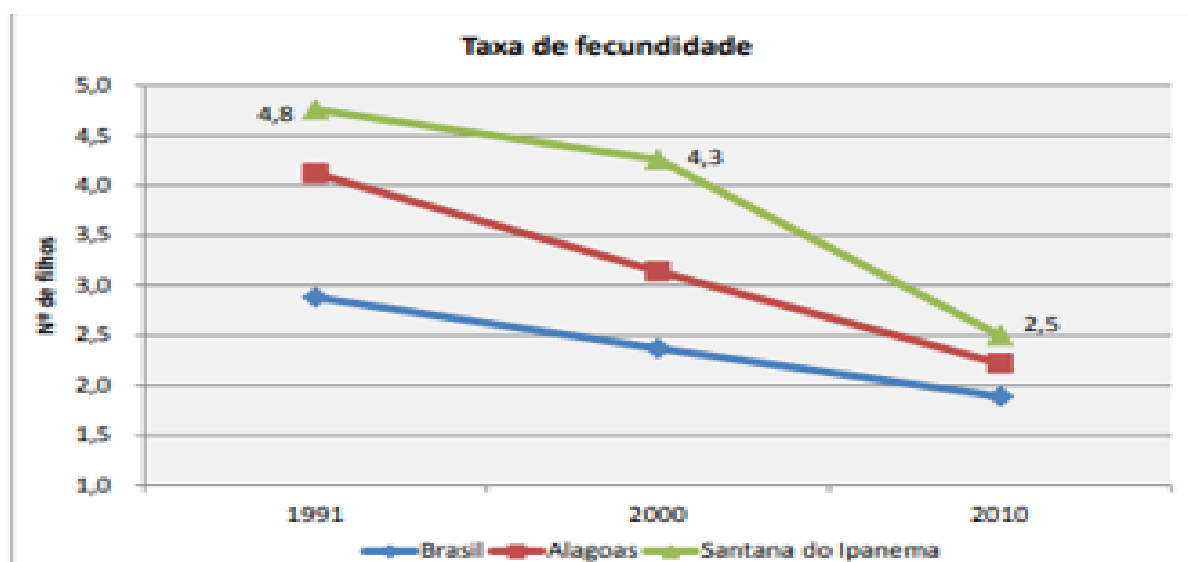
Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Elaboração: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

Nota*: Percentual da população com menos de 15 anos e acima de 65 anos em relação à população de 15 a 64 anos.

A esperança de vida ao nascer apresenta uma estimativa positiva, já a chamada taxa de mortalidade infantil teve uma queda extraordinária, os números mostram que as mortes infantis caíram de forma muito considerável.

Os Gráficos a seguir apresentam duas variáveis as quais fazem parte da demografia, taxa de fecundidade e razão de dependência.

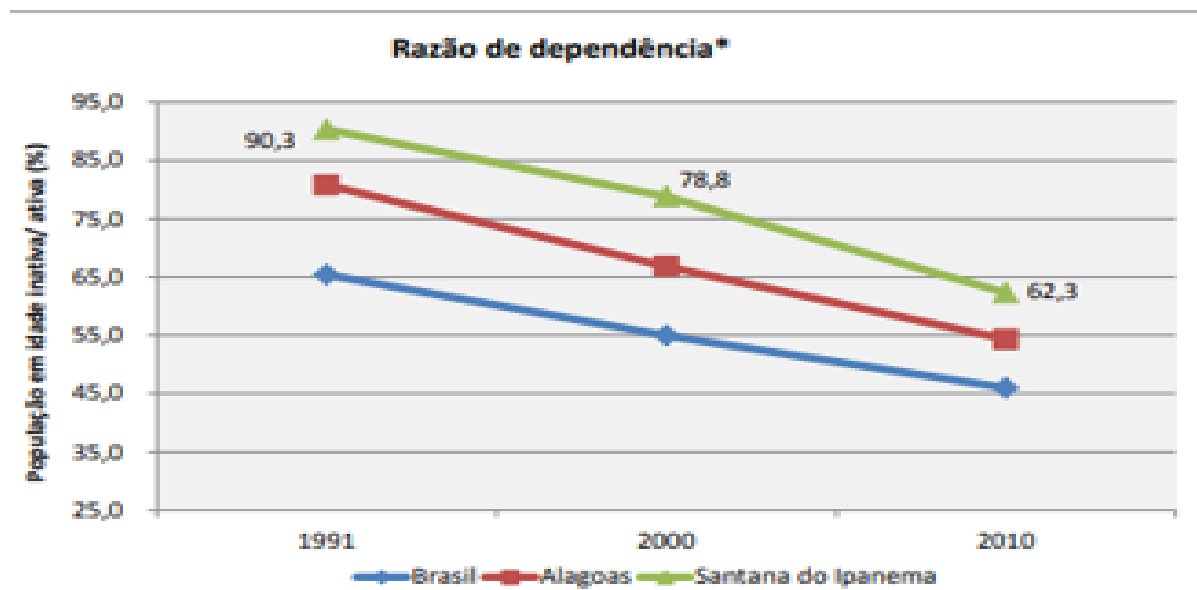
Gráfico 9 - Informações demográficas, fecundidade, Santana do Ipanema, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Elaboração: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

Nota: Percentual da população com menos de 15 anos e acima de 65 anos em relação à população de 15 a 64 anos.

Gráfico 10 - Informações demográficas, dependência, Santana do Ipanema, 1991, 2000 e 2010.



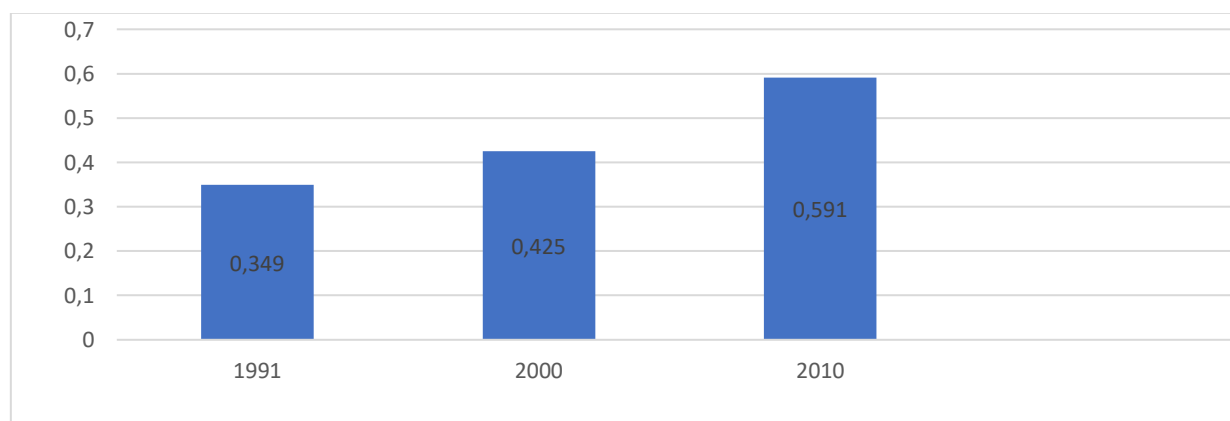
Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Elaboração: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

Nota: Percentual da população com menos de 15 anos e acima de 65 anos em relação à população de 15 a 64 anos.

4.2 INDICADORES SOCIAIS

Os indicadores sociais mensuram o nível de bem-estar social em que uma população se encontra, o gráfico a seguir apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano do município.

Gráfico 11 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Santanense.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

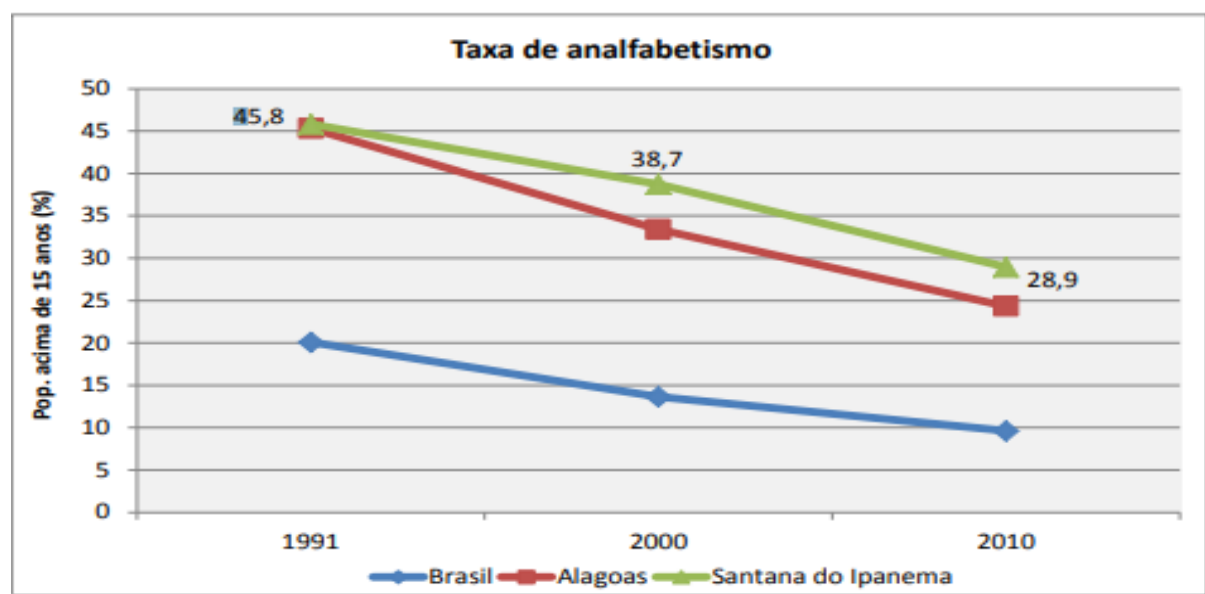
De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (2019). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Santana do Ipanema é 0,591, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599).

A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,770, seguida de Renda, com índice de 0,579, e de Educação, com índice de 0,463. Santana do Ipanema ocupa a 4372ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).

Analisar a variável educação é de suma importância para compreender o estado em que uma dada região se encontra, uma vez que é essa variável que pode diminuir as desigualdades sociais a longo prazo. Ainda de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano: Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação.

No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 86,86%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 80,69%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 32,43%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 17,25%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 48,25 pontos percentuais, 61,03 pontos percentuais, 22,97 pontos percentuais e 10,39 pontos percentuais. O Gráfico a seguir apresenta a variação da taxa de analfabetismo ao longo dos anos em Santana do Ipanema.

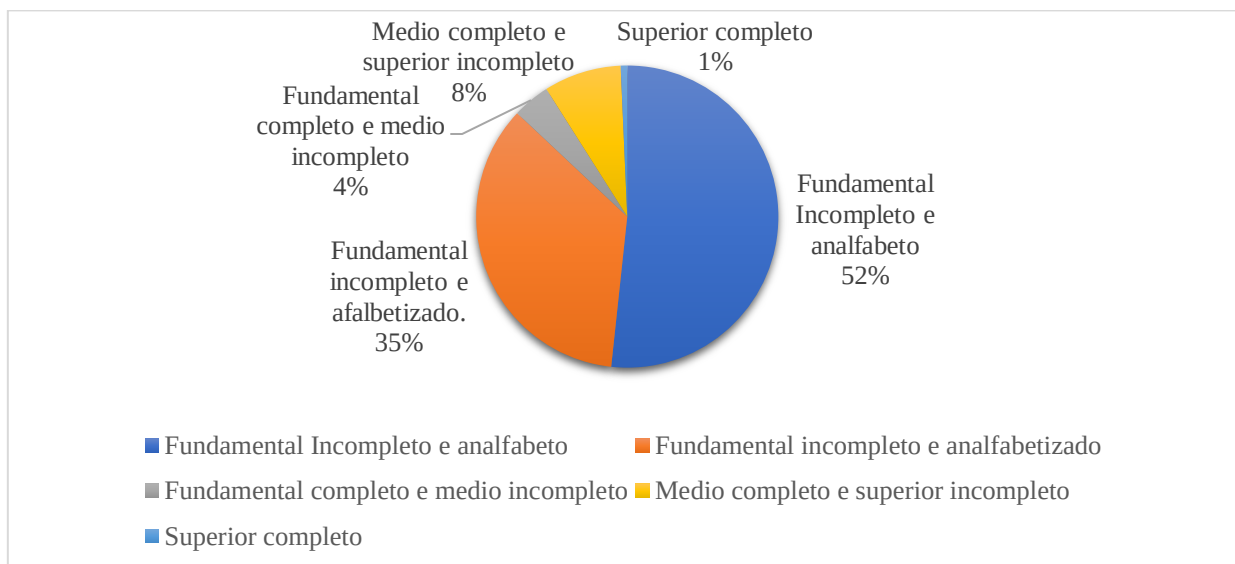
Gráfico 12 – Indicadores educacionais, Santana do Ipanema, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Elaboração: PNUD, Atlas do desenvolvimento humano (2013).

A taxa de analfabetismo teve uma queda acentuada, mas ainda há muito a se fazer, uma vez que o nível de educação de uma região pode dizer muito em relação a qualidade de vida do seu povo. O gráfico a seguir apresenta o nível de escolaridade da população Santanense no ano de 1991.

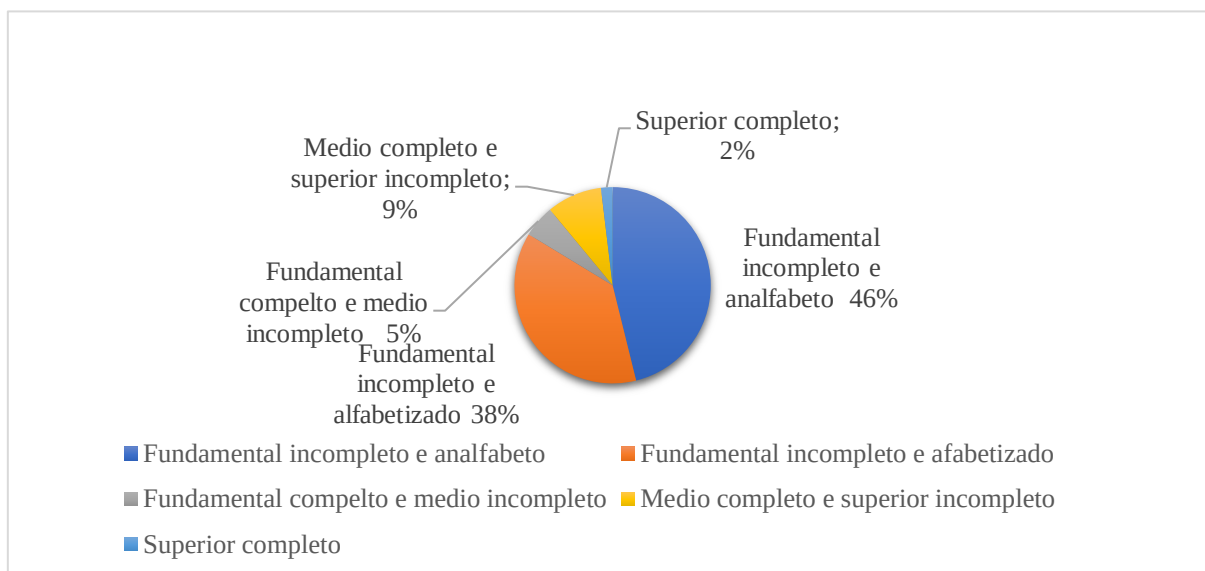
Gráfico 13 – Escolaridade da População de 25 anos ou mais, ano 1991.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

Os dados do ano de 1991 são preocupantes, uma vez que mais da metade da população de 25 anos ou mais têm o nível fundamental incompleto e são analfabetas. Contudo, somente 1% da população tem o nível superior completo. O Gráfico apresenta uma possível evolução no processo educacional santanense nos anos 2000.

Gráfico 14 - Escolaridade da População de 25 anos ou mais, Santana do Ipanema, ano de 2000.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

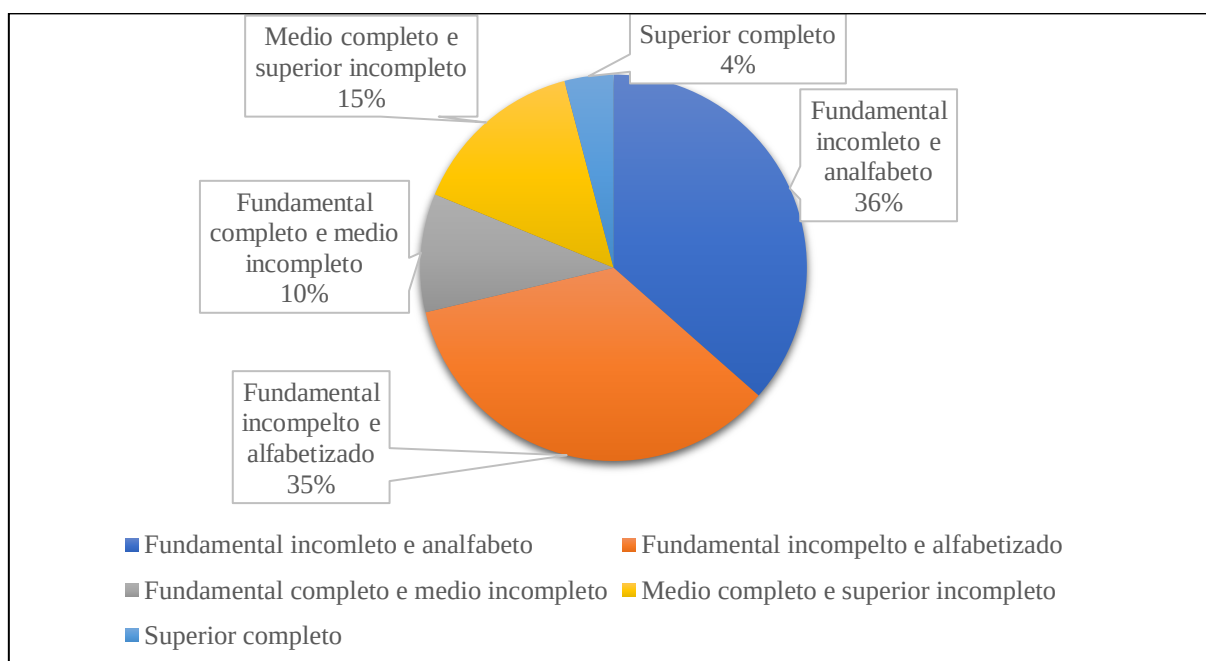
Durante os anos 2000 é notável um avanço nos índices da educação Santanense, a taxa de analfabetismo recuou, mesmo que tenha sido timidamente. E o nível superior completo aumentou também de forma tímida.

De acordo com Pikkety (2015): A desigualdade de renda e consequentemente a desigualdade social, podem ser explicadas para além da relação capital/renda. Por exemplo, a variável educação pode explicar a nefasta disparidade de renda entre habitantes de países pobres em relação aos países ricos.

Ao analisarmos uma simples equação econométrica, tal como uma variação linear simples, torna-se perceptível que existe uma relação proporcional entre qualificação profissional e salário, isto é, quão maior for a capacitação de um indivíduo, maior tende a ser o seu salário. Então, é a partir desta desigualdade que se inicia um processo de disseminação de mazelas sociais, tal como o aumento da violência.

Desta forma, a problemática da desigualdade é o fator propulsor que torna o Estado tão frágil no sentido de sempre está promovendo políticas fiscais de curto e longo prazo, a fim de conter os feitos, mas não a causa do problema gerado pela desigualdade. O Gráfico a seguir mostra a evolução dos índices de educação em Santana do Ipanema, no ano 2010.

Gráfico 15 - Escolaridade da População de 25 anos ou mais, Santana do Ipanema, ano de 2010.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

Em uma variação de uma média de dezenove anos, as melhorias na educação em Santana do Ipanema, apresentaram uma variação positiva muito lenta, isto mostra o quanto a população da cidade é carente de uma boa educação de qualidade. Logo, torna-se um fato que uma região que apresenta uma educação tão frágil como o município em questão está sujeita a continuar num patamar de desigualdade social abundante.

A partir de então, iniciaremos a análise sobre a renda média da população Santanense, uma vez que é a partir da renda que se pode medir o nível de satisfação do grau das necessidades saciadas, tais como alimentação, saúde entre outras.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), a renda per capita média de Santana do Ipanema cresceu 134,09% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 125,53, em 1991, para R\$ 188,57, em 2000, e para R\$ 293,85, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,58%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,63%, entre 1991 e 2000, e 4,54%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 76,17%, em 1991, para 68,71%, em 2000, e para 47,02%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,57, em 1991, para 0,68, em 2000, e para 0,61, em 2010.

A Tabela a seguir apresenta dados referentes a renda e pobreza no município de Santana do Ipanema, Alagoas.

Tabela 7- Renda, Pobreza e Desigualdade – Município, Santana do Ipanema.

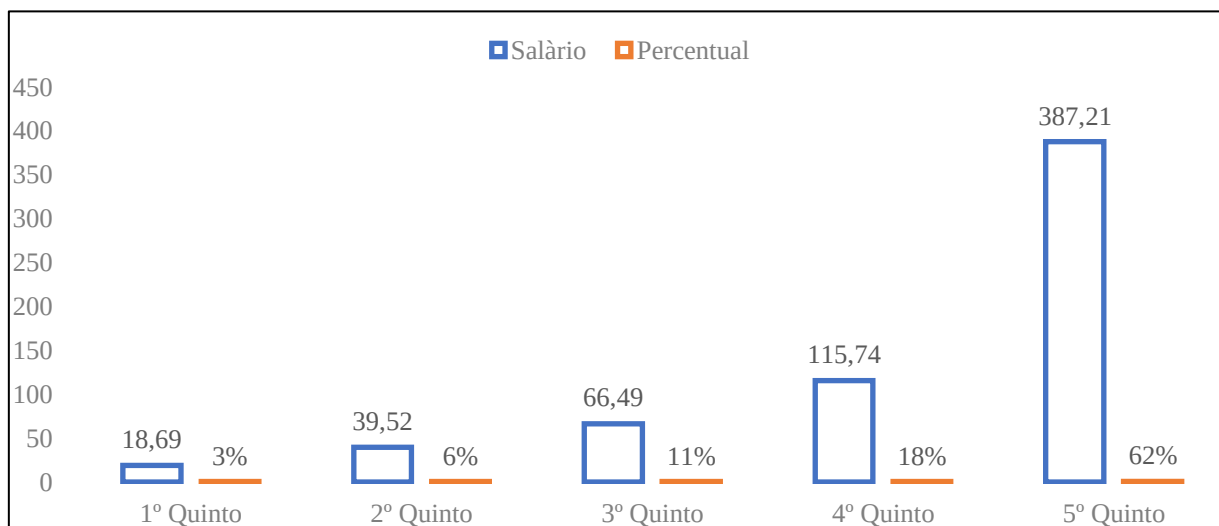
Indicadores	1991	2000	2010
Renda per capita	125,53	188,57	293,85
% de extremamente pobres	52,86	46,39	29,25
% de pobres	76,17	68,71	47,02
Índice de Gini	0,57	0,68	0,61

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

A renda média da população Santanense é assustadora, uma vez que os salários chegam a ser baixíssimos, assim como a concentração de renda, a qual apresenta uma taxa crescente ao longo dos anos. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), 2019: O salário base necessário para que os Brasileiros conseguissem sobreviver de forma humana, isto é, atendendo suas necessidades básicas, deveria ser de R\$ 4.044,58.

Contudo, a realidade Santanense está bem distante dessa média, nota-se que até o presente momento existe uma população com uma péssima instrução educacional, um grande número de analfabetos, uma população pobre, uma grande concentração de renda, a qual não para de aumentar e um salário base, no mínimo absurdo. O gráfico abaixo mostra a renda média por quintos da população.

Gráfico 16 – Distribuição da renda por quintos da população, Santana do Ipanema, 1991.



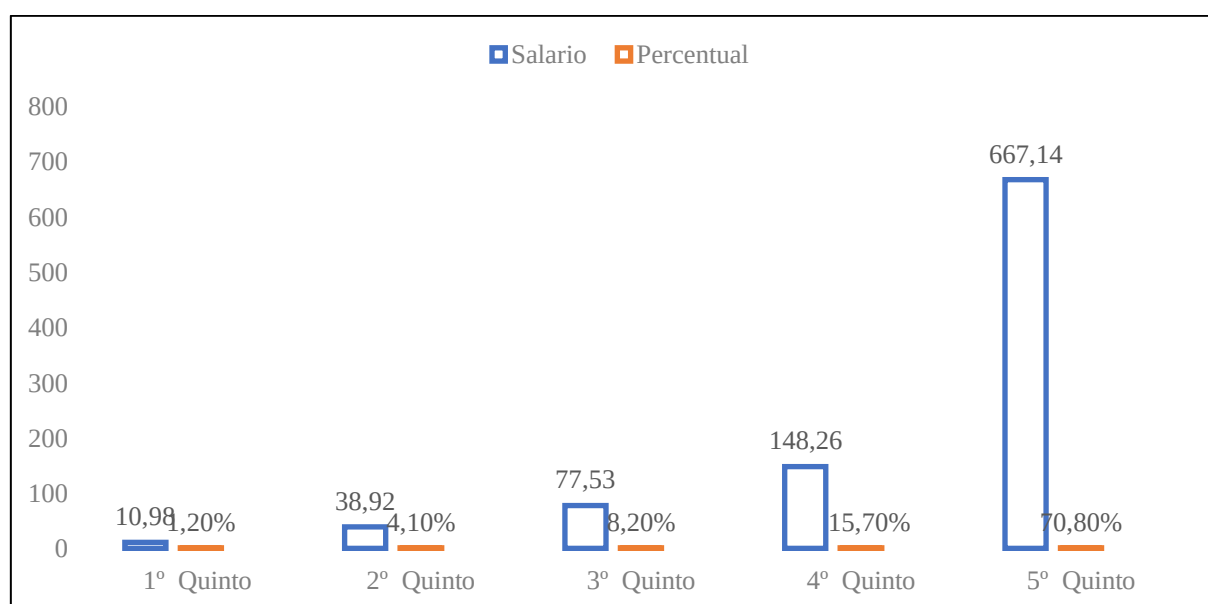
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

Durante o ano de 1991, a desigualdade salarial era muito diversificada, o que possivelmente acabou resultando em um cenário de pobreza no Município. Para Carvalho (2008, p. 13):

A concentração de renda, a diferenciação salarial, a distribuição desigual da riqueza, por estrato social e cor da pele, e os indicadores sociais negativos ajudam a entender as características do mercado regional. A ampliação desse frágil mercado interno, por meio de novos investimentos produtivos e pela distribuição de renda, é uma construção necessária, e, embora pareça lenta, pode ser agilizada pelo poder público, quando este atua em linhas diferentes, como são as políticas sociais, os programas de estruturação de economia popular e as políticas de crescimento. Essa população que possui um perfil de renda extremamente desigual tem, também, pouco acesso aos bens sociais. O nível educacional corresponde a forte concentração de renda. O esforço realizado, nos últimos anos, pelo poder público, ainda não conseguiu alcançar os resultados esperados.

É sabido que a maior parte dos investimentos aplicados pelo governo, seguem para o setor sucroalcooleiro. Contudo, o município de Santana do Ipanema, tem suas atividades econômicas voltadas para um pequeno comércio e uma agricultura concentrada na produção leite, mas os investimentos para a bacia leiteira em relação ao aplicado para a produção de cama de açúcar são separados por um grande abismo. O Gráfico mostra a evolução salarial a partir dos anos 2000.

Gráfico 17 – Distribuição da renda por quintos da população, Santana do Ipanema, 2000.

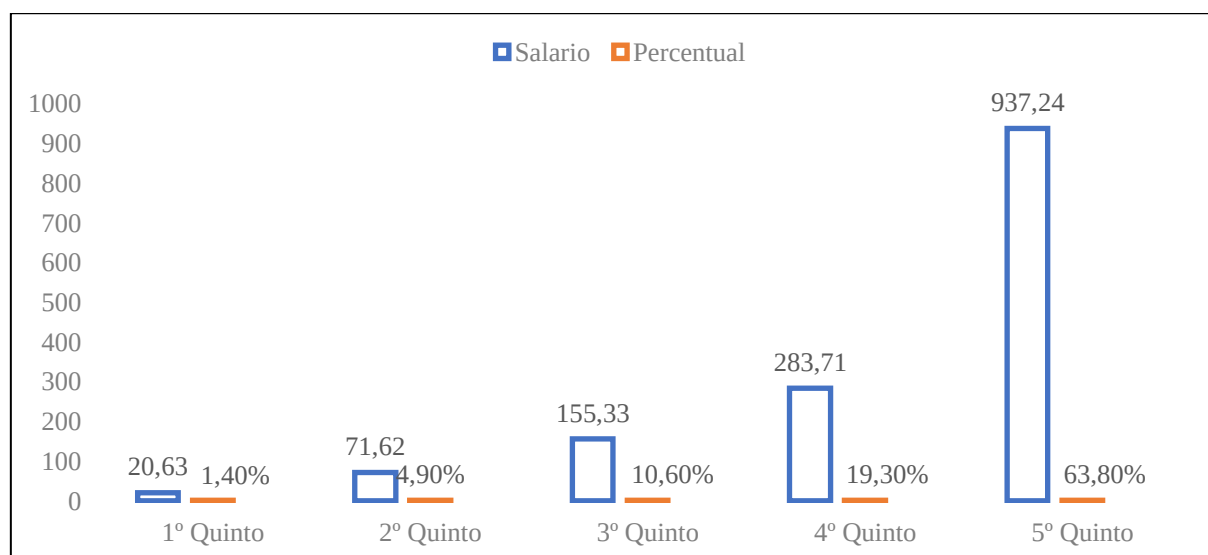


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

Nos anos 2000, apesar dos vários esforços do governo na tentativa de sanar a problemática da desigualdade de renda, e consequentemente, da pobreza, os dados ainda permanecem negativos, apesar da melhoria mínima ocorrida em relação a distribuição de renda.

Apesar da possível queda na taxa da desigualdade de renda que ocorreu a nível brasileiro, a realidade alagoana ainda parece um pouco distante, o próximo gráfico apresentará dados que justificam esse discurso.

Gráfico 18 – Distribuição da renda por quintos da população, Santana do Ipanema, 2010.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

Apenas pouco mais da metade da população Santanense, recebe um salário mínimo, o restante da população recebe uma pequena fração de um salário, o qual deve ser oriundo de programas assistencialista, como iremos ver nos dados seguintes. A Tabela a seguir mostra o número de beneficiários do programa social Bolsa Família, inscritos no cadastro único no município de Santana do Ipanema, Alagoas.

Tabela 8 - Famílias e pessoas inscritas no Cadastro Único, Santana do Ipanema.

Especificação	2014	2015	2016
Famílias	11.900	11.345	11.376
Pessoas	35.127	33.485	33.305

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário-MDSA (2015).

Como mostra a tabela 9, o número de beneficiários do Programa Bolsa Família aumentou gradativamente, o número de pessoas em Santana do Ipanema que dependem do programa ultrapassa mais da metade da população, isto é, do total de 48 mil habitantes, 33 mil

recebem o Bolsa Família. Essa super dependência de programas sociais mostra o quão fragilizada é a sociedade do referido município, uma vez que tal dependência é reflexo de uma grande desigualdade.

O programa Bolsa Família, está pautado em três eixos:

I. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; II. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; III. E as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade (BRASIL. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2015, p. 3).

Percebe-se que a natureza desse programa não está vinculada apenas há uma ajuda financeira, é sabido que para que os pais de crianças menores de idade recebam o repasse do programa, os filhos têm que estar na escola, com uma determinada frequência, uma vez que muitas faltas podem levar a suspensão do BF. A Tabela a seguir apresenta a quantidade de famílias beneficiadas com o Bolsa Família e os valores repassados para o programa em Santana do Ipanema, Alagoas.

Tabela 9 - Quantidade de famílias beneficiárias e valor repassado pelo programa Bolsa Família, Santana do Ipanema – AL.

Famílias Beneficiárias	2015	2016	2017
Quantidade	7.447	7.611	8.025
Valor (R\$)	17.819.942	20.675.572	21.649.023

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA (2015).

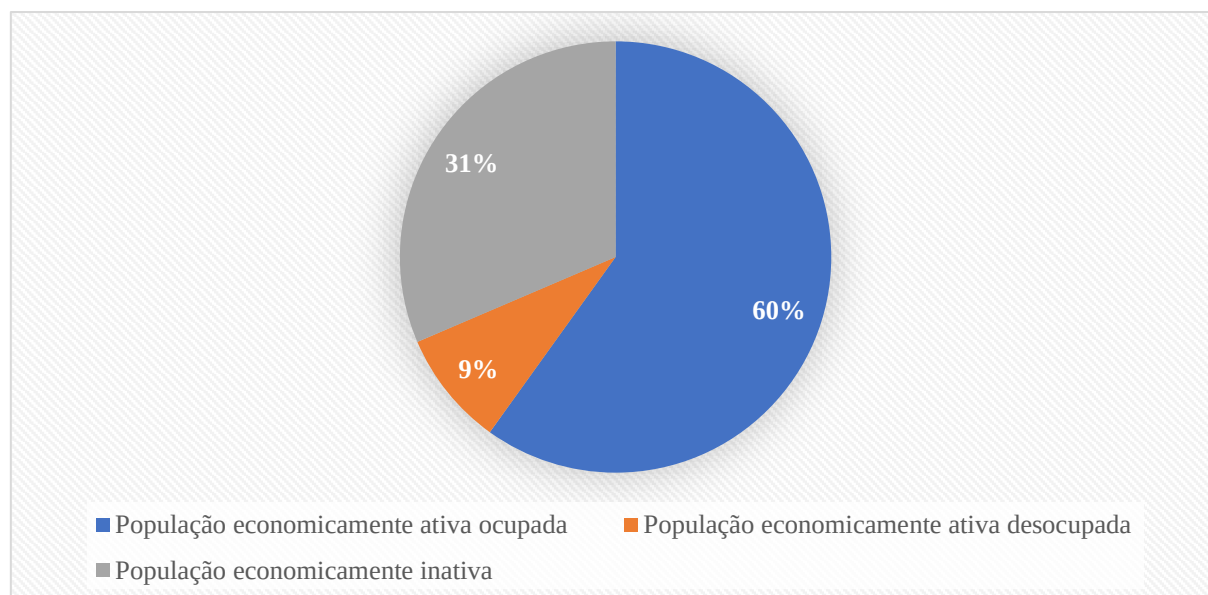
Existe uma preocupação em torno da progressão de gastos com o programa social, uma vez que o dispêndio em questão pode ser um indício de que a desigualdade e consequentemente a pobreza estão se tornando mais vigentes no município.

Se estivesse ocorrendo uma regressão, isto é, se o número de beneficiários estivesse diminuindo, isto poderia ser um indicador de que, talvez, essas pessoas não estão necessitando do programa, uma vez que estão conseguindo se inserir no mercado de trabalho e alcançando sua independência.

Todavia, é inegável não reconhecer a importância do programa para a promoção do bem-estar social e até mesmo, de sobrevivência. Porém, o que era para ser uma solução, pode

vir a se tornar um novo problema, ou seja, os gastos com os programas assistencialistas não param de aumentar, a pergunta que fica sem resposta é a seguinte: a longo prazo, será que o Estado terá recursos suficientes para manter o programa, visto que o número de beneficiários não para de aumentar? O Gráfico a seguir traz um perfil da população de 18 anos ou mais de idade.

Gráfico 19 - Composição da população de 18 anos ou mais de idade, Santana do Ipanema, 2010.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (2013): Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 60,02% em 2000 para 59,91% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 11,32% em 2000 para 8,65% em 2010. A Tabela seguinte apresenta dados referentes ao percentual de indivíduos vulneráveis a pobreza no município entre os anos 2000 e 2010.

Tabela 10 - Vulnerabilidade Social, Santana do Ipanema - Alagoas.

Trabalho e Renda	2000	2010
% de vulneráveis à pobreza	82,49	69,15
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	78,34	62,48

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

Ao longo de dez anos a redução do percentual de vulneráveis a pobreza no município recuou de forma tímida, tendo em vista que a partir dos anos 2000 houve uma série de programas sociais, no intuito de promover melhorias nas camadas sociais menos favorecidas.

É notável também, que o número dos jovens com 18 anos sem nível fundamental completo e em ocupação informal regrediu de forma tímida, isto mostra o quão importante são os investimentos em educação, pois essa pode ser a única variável capaz de promover diversas mudanças nos setores da vida social. O Gráfico abaixo apresenta a representatividade do Produto Interno Bruto do município em questão, assim como um quadro comparativo regional e, também, a nível do País.

Tabela 11 - Produto Interno Bruto e sua composição setorial por unidade geográfica, Santana do Ipanema, 2014.

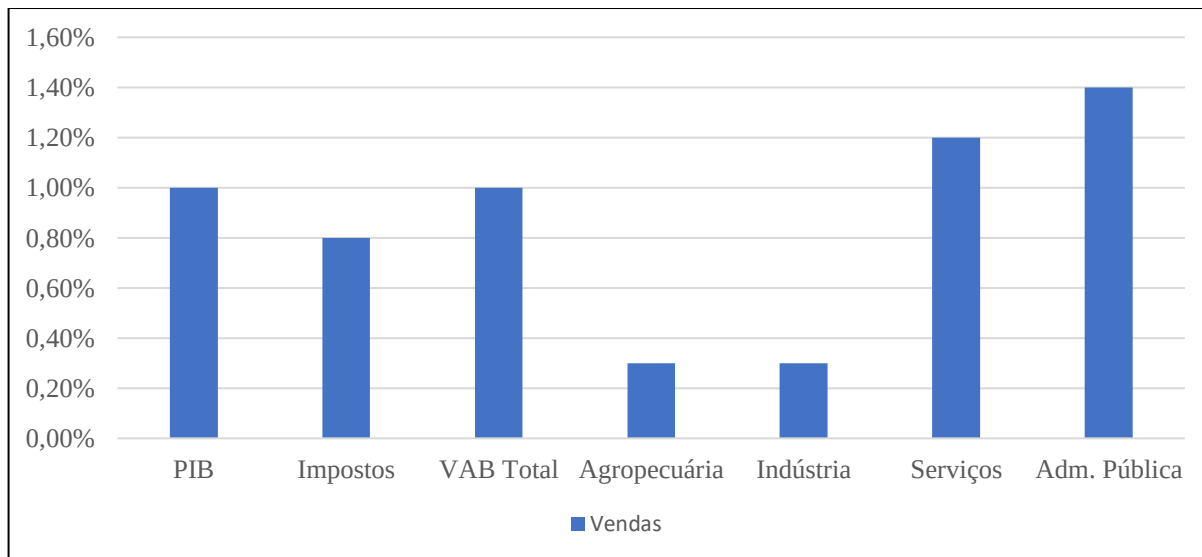
Unidade Geográfica	PIB R\$ milhões	Impostos R\$ milhões	VAB Total R\$ milhões	VAB R\$ milhões			
				Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm. Pública
Brasil	5.778.953	806.219	4.972.734	249.975	1.183.094	2.722.857	816.808
Nordeste	805.099	96.086	709.014	44.841	137.497	354.586	172.089
Alagoas	40.975	3.711	37.264	4.128	5.945	17.218	9.973
Santana do Ipanema	413	30	383	11	17	215	140

Fonte: BNB (2014).

De acordo com os dados da Tabela 12, o setor terciário é o responsável pela maior concentração do PIB, toda via esse setor pertence ao campo dos serviços, isto é, é necessário um grau mínimo de instrução para exercer funções desse setor, uma vez que mais de 35% da população Santanense é analfabeta e não tem ensino fundamental completo. Logo, há uma certa incompatibilidade entre o setor que mais gera receita e a quantidade de mão de obra inativa para estes serviços, em outras palavras, as pessoas de baixa qualificação profissional devem ocupar cargos que não necessitam de muita instrução, por exemplo, o setor primário.

A economia do município é voltada para um pequeno comércio e para os empregos gerados pelo serviço público, como mostra o Gráfico a seguir.

Gráfico 20 – Contribuição por partes do PIB do Município de Santana do Ipanema – Alagoas em relação ao Estado, 2014.



Fonte: BNB (2014).

A participação da indústria no PIB do município chega a ser irrisória, uma vez que a cidade não possui um modelo industrial, mas sim, um modelo agrário. Mas, por que as indústrias não chegam ao município, será que as mesmas seriam um vetor de desenvolvimento para Santana do Ipanema? Para Carvalho (2008, p. 8):

Diante dessas notícias, surge a pergunta: quais as razões da economia de Alagoas não se desenvolver mais rapidamente, não criar nem receber um maior número de empresas? A resposta é relativamente simples: a economia alagoana, hoje, pode ser caracterizada como um conjunto produtivo marcado por três fortes ausências: a) falta-lhe um amplo mercado interno, decorrente de uma economia popular articulada que atenda a demanda regional, que aumente e distribua a renda, incorporando dessa maneira, a maioria da população no processo de produção/ consumo; b) falta-lhe polos dinâmicos capazes de substituir importações e realizar exportações (para o exterior e para outros estados), promovendo o crescimento econômico regional; e c) falta-lhe um setor público (estados e municípios) com capacidade de investimento. A combinação desses três elementos explica tanto a frágil presença de novas indústrias e as dificuldades na atração de empreendimentos produtivos, como as taxas de crescimento econômicos obtidas desde os anos 90, menores que as da maioria dos estados nordestinos.

Torna-se perceptível que a falta de um modelo industrial no estado e principalmente no município, é mais complexo do que se possa imaginar. Toda via, as regiões que compõe o sertão alagoano, em especial Santana do Ipanema, está bem distante de se ter um modelo industrial que venha a somar uma maior representatividade do PIB, e talvez, um possível

desenvolvimento socioeconômico. A tabela a seguir apresenta o ranking de produção agrícola do município.

Tabela 12 - Produção agrícolas no município de Santana do Ipanema – Alagoas, 2015.

Principais lavouras	Área Plantada (Hectares)	Quantidade (toneladas)	Rendimento Médio (kg/h)	Valor da Produção (R\$ mil)
Total	3.771	-	-	465
Feijão (em grão)	1.320	100	76	235
Milho (em grão)	2.400	230	96	173
Castanha de caju	40	20	500	45
Mandioca	11	66	6.000	12

Fonte: BNB (2015).

A produção de feijão lidera as demais, sendo este o principal alimento da população sertaneja. Todavia, é preciso lembrar que Santana tinha uma produção agrícola muito forte, pautada na cultura do feijão.

Apesar do município dispor de grandes quantidades de terras, as produções agrícolas são pouquíssimas diversificadas, isto acarreta, talvez, na promulgação das desigualdades, uma vez que as práticas de desenvolvimento local poderiam ajudar a desenvolver esta cidade.

Tendo em vista a importância da produção agrícola na cultura do feijão que o município já teve, em épocas posteriores, foi realizada uma entrevista com um morador da cidade, Edivaldo Ferreira de Queiroz que participou dos grandes festejos que a cidade realizava em comemoração as boas safras. Abaixo, segue a transcrição da entrevista com o Senhor Edivaldo.

Entrevistador: É verdade que Santana do Ipanema, foi uma grande produtora de feijão, chegando a ter representação nacional?

Entrevistado: Santana do Ipanema já fora, segundos os comentários da época, o terceiro maior polo produtor de feijão do país, quando este ainda era uma sociedade rural em fins da década de 1960.

Exageros ou não à parte, o fato é que podemos rastrear construções, empreendimentos e eventos que permitem traçar um raio x do que foi Santana do Ipanema entre o final dos anos 60 e toda a década de 1970, no tocante à cultura do feijão.

Só ultrapassada pelo paraná e Irecê na Bahia, a produção de feijão no polo agrícola de Santana lhe rendeu as construções da CIDAL (Companhia Integrada de Desenvolvimento

Agropecuário de Alagoas) – imponente edificação para o armazenamento, conservação e política agrícola do estado – e da ponte nova que possibilitou a integração da cidade à Bacia Leiteira alagoana.

Entrevistador: Durante os anos 60 e 70, isto é, no período em que a cidade produzia feijão, como o município era?

Entrevistado: Santana respirava feijão, e pode se dizer, sem medo de errar, que todo o comércio da cidade se restringia basicamente à rua Barão do Rio Branco, com os armazéns de Delzuito e Zé Januário (hoje, a loja de moveis e eletrodomésticos Casa Nova) e o gigantesco estabelecimento comercial de Walter Wanderley (agora, a loja Ricardo Eletro).

Entrevistador: O senhor acha que a cultura do feijão foi importante para o município?

Entrevistado: A cultura do feijão foi tão significativa para Santana do Ipanema, que a pulsante cidade criou a Festa do Feijão só para comemorar as pujantes safras em homenagem a os seus bravos produtores.

Santana não estava sozinha em suas comemorações, e muitos municípios vinham confraternizar com a anfitriã os momentos que teve do seu ponto alto na festa do feijão de 1974, onde o ministro da agricultura Alysson Paulinelle cravou sua presença de forma extasiante.

Entrevistador: O que pode ter levado ao declínio da produção de feijão em Santana?

Entrevistado: Somente, no entanto, com a passagem do Brasil rural para o Brasil industrial, a mecanização da cultura do feijão no Paraná e Irecê – BA, e o subsequente derramamento de carretas de feijão a preços não competitivos em Santana do Ipanema, e que a cultura do feijão em nosso polo agrícola se apagou para não mais recuperar o brilho do passado.

Hoje, a questão agrária não mais influencia a economia do setor primário de Santana do Ipanema a ponto de resgatar ou refletir as glórias do passado, mas tem papel decisivo na segurança alimentar da sua população, dentro de um país que ainda busca se afirmar em seu cambaleante processo de industrialização.

Com base nessa entrevista, é possível perceber que Santana do Ipanema possuía as ferramentas necessárias para talvez, hoje, estar em nível de desenvolvimento mais elevado que hoje, uma vez que possivelmente foi a terceira maior produtora de feijão do país. As imagens a seguir mostram o auge da festa do feijão em Santana do Ipanema, Alagoas.

Figura 4 – Desfile alegórico em Santana do Ipanema – Alagoas, 1972.



Fonte: (Foto reprodução/ Ariston Ferreira de Queiroz).

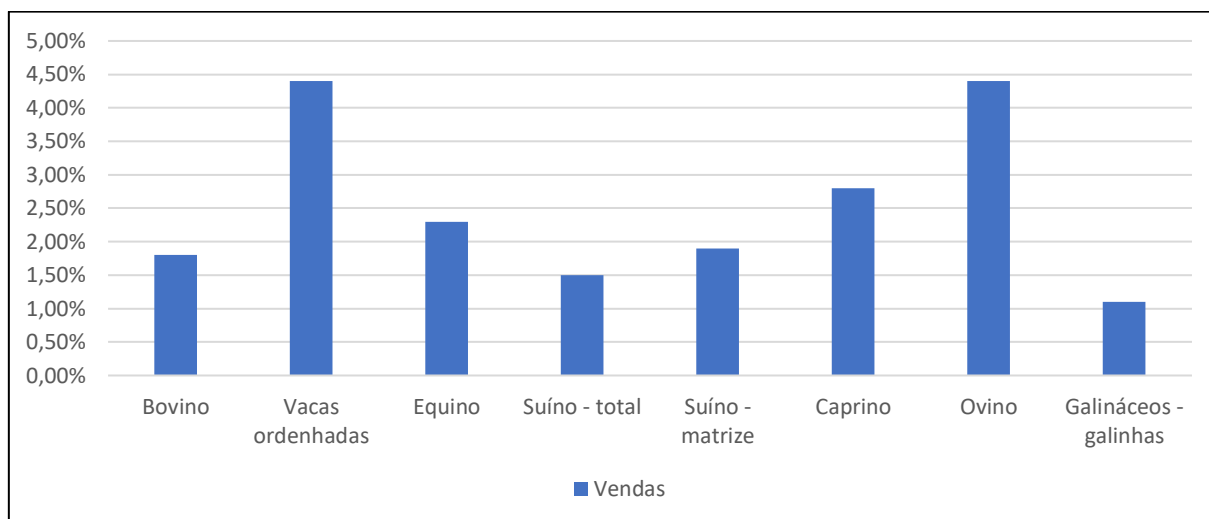
Figura 5 – Festa do Feijão em Santana do Ipanema – Alagoas, 1972.



Fonte: (Foto reprodução/ Ariston Ferreira de Queiroz).

Além do Feijão, outras atividades agropecuárias são importantes para o município de Santana do Ipanema. O Gráfico abaixo apresenta a variação de produção de animais no município.

Gráfico 21 - Participação do rebanho de Santana do Ipanema no rebanho total do Estado por criação, 2015.



Fonte: BNB (2015).

A criação de vacas e ovelhas lideram sobre as demais culturas, toda via, torna-se preocupante que em uma região tão seca, a criação de vacas lidere as demais, uma vez que são animais que demandam de uma grande quantidade de água e pasto para sobreviver. De fato, esse fenômeno é decorrente do próprio processo de formação territorial do estado, uma vez que a monocultura do açúcar tomou conta das terras férteis em uma região com maior distribuição pluviométrica que o sertão, empurrando assim, as atividades bovinas dentre outras, para a região mais seca do estado.

Todavia, é evidente que o município em questão possui um grande nível de desigualdade, o qual perpassa por diversas variáveis, tal como: educação, renda e diversos outros indicadores sociais. Logo, a pobreza torna-se um dado natural, uma vez que essa deveria ser vista tal como um fenômeno social, não obstante, o governo tenha tentado mitigar as desigualdades existentes em Santana do Ipanema, está ainda apresenta diversas mazelas sociais, as quais, mesmo em uma grande variação temporal não apresentou resultados inteiramente positivos.

6. CONCLUSÃO

O conceito de desigualdade é algo relativamente amplo, sendo assim, vimos que podem existir inúmeras desigualdades. Contudo, o conceito a que se refere este trabalho, isto é, sua variável focal é a desigualdade de renda.

O Brasil ainda é um país que possui um grande contraste social, existem diversos problemas de cunho social, tais como: desigualdade de renda, pobreza e consequentemente fome. No entanto, a região do país que apresenta elevados níveis de mazela sociais é a região Nordeste. O fato de a região em questão possuir um dos piores indicadores sociais do Brasil, pode, talvez, está relacionada com o próprio processo de formação econômica e territorial do Nordeste.

De modo que, as políticas econômicas estabelecidas tiveram um curto período de tempo nos estados colonizados pelos portugueses, atividades econômicas como o Pau-Brasil e a Cana de açúcar acabaram caracterizando a estrutura produtiva do Nordeste e consequentemente, do Estado de Alagoas, uma vez que de todos os estados inseridos nas primeiras atividades econômica do país, Alagoas ainda está fadada a monocultura do açúcar.

Toda via, os municípios que compõe a região do semiárido alagoano, são os municípios menos desenvolvidos do estado, uma vez que sua base produtiva gira em torno da agricultura e do setor de serviços. O município de Santana do Ipanema, Alagoas, não diferentemente dos outros municípios alagoanos, possui um baixo nível educacional por parte de seus habitantes, onde uma parcela significativa da população é analfabeta, e outra parcela não possui o nível fundamental completo.

Essa baixa qualificação pode ser refletida em uma base salário muito baixa, pois já é sabido que existe uma relação inteiramente positiva entre salários e qualificação profissional. Contudo, o município ainda apresenta uma má distribuição de renda, e consequentemente, uma grande concentração de renda, a qual foi medida pelo Índice de Gini.

A péssima qualificação profissional de boa parte da população, somada a salários relativamente baixos, bem abaixo da base média salarial, ou seja, um salário mínimo, acaba promovendo o desencadeamento das desigualdades, as quais são refletidas na dependência de programas sociais, tais como: o Programa Bolsa Família - PBF.

É possível dizer que 80% da população do município em questão, depende do programa PBF, esse valor pode ser compreendido como uma super dependência por parte da população pobre, para com a máquina estatal. Metade dos jovens de em média 18 anos, não têm se quer o

nível fundamental, e estão em ocupações informal de trabalho. Onde 3/5 da população sobrevive com menos de 160,00 R\$, e o número de dependentes do PBF não para de aumentar.

A investigação sobre a pobreza no município de Santana do Ipanema, tem raízes históricas, fruto de um processo de marginalização da própria formação do Estado de Alagoas, somado há um processo de políticas que beneficiam um pequeno grupo privilegiado, e desmerece tantos outros.

Desta forma, é possível inferir que a natureza da pobreza em Santana do Ipanema, é fruto de um processo que envolve todo o Estado, o qual pode ser compreendido como uma herança do Brasil colônia, porém, a desigualdade se instaurou de forma mais efetiva nos municípios do sertão, uma vez que estes não conseguiram se inserir no processo de industrialização tardia, a qual o Nordeste participou de forma não efetiva na década de 50.

Sendo assim, o município de Santana do Ipanema é uma região relativamente pobre no sentido das desigualdades, principalmente, na desigualdade de renda, uma vez que está, pode ser a variável chave no processo de disseminação das mazelas sociais.

REFERÊNCIAS

ADAS, Melhem. **A fome: crise ou escândalo?** São Paulo: Moderna, 1988.

ARAÚJO, V. T. **Impactos Socioeconômicos na família dos pequenos proprietários rurais: Consolidação da empresa agrícola da cana-de-açúcar em Itapaci-Go.** Cadernos CERU, 2011. série 2, v.22, n.1. 95-112p

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil: balanço e desafios. -- Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2010. 216 p. 26,5.

BONFIM, João Bosco Bezerra. **As políticas públicas sobre a fome no Brasil.** Senado Federal, Consultoria Legislativa, 2004. BARROS, Ricardo Paes de Organizador, Miguel Nathan Organizador Foguel, and Gabriel Organizador Ulyssea. "Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente." (2006).

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). **Bolsa família.** Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Livros/Bolsa10anos_Sumex_Port.pdf Acesso em: jul. 2019.

BEZERRA, Francisco Tavares; BERNARDO, Tibério Rômulo Romão; XIMENES, Luciano J.F. Júnior, Airton Saboya Valente. **Perfil socioeconômico de Alagoas.** Banco do Nordeste, 2015.

LIMA, Leonardo Dias; SANTOS, Juliana Moreira dos; CAMPOS, Isabelly Barbosa Matias. **Informações socioeconômicas municipais: Santana do Ipanema, Alagoas.** Alagoas: Banco do Nordeste, 2015.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro, pão ou aço.** Rio de Janeiro. Edições Antares, 1984.

CARVALHO, Cicero Péricles de. **Economia Popular: uma via de modernização para Alagoas.** 3 ed. Maceió: Edufal, 2008.

OLIVEIRA, Maria Jose Galleno de Souza. "A globalização da pobreza: impactos das políticas sociais do Estado neoliberal nas democracias dos países latino-americanos." *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo* 99 (2004): 461-474.

DOMICÍLIOS, P. N. A. D. "Segurança Alimentar 2013." *Rio de Janeiro: IBGE* (2014). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em 23 de outubro, 2019.

DE BARROS, Ricardo Paes, Ricardo Henriques, and Rosane Mendonça. "Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 15.42 (2000): 123-142.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de. **Agonia da fome.** Editora Fiocruz, 2003.

FONSECA, Ana Maria Medeiros da; ROQUETE, Cláudio. **Proteção Social e Programas de Transferência de Renda: Bolsa-Família**. Cadernos de Pesquisa NEEP, Campinas, SP, V.1, n 86, p. 9 – 36, junho. 2018.

FAO. **fome aumenta no mundo e afeta 821 milhões de pessoas**. 11/09/2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/fao-fome-aumenta-no-mundo-e-afeta-821-milhoes-de-pessoas/>>. Acesso em: 08 de outubro de 2019.

LOCH, Fernando Antônio Salomão. "GLOBALIZAÇÃO E POBREZA: O CASO DO BRASIL." *REVISTA GEOGRAFAR* 5.2 (2010).

LUCCI, Elian Alabi et al. **Território e sociedade: Geografia geral e do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2005.

MEDEIROS, Marcelo. **Medidas de Desigualdade e Pobreza** -- Brasília: EdUnB, 2012.

MENEZES, Catarina Agudo. "A escrita no chão: a formação do território de Alagoas por meio de fontes coloniais." (2011).

PIKETTY, Thomas. **A economia da desigualdade**. 1 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

PRADO, L. C. D. **Globalização: notas sobre um conceito controverso**. Rio de Janeiro: IE-UFRJ, 2003.

ROUSSEAU, Jean – Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Porto Alegre, RS: LePM, 2016.

RODRIGUES, Leide Rejane Amaral. **A Fome no Brasil: elementos sobre configurações e formas de enfrentamento**. II jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz, MA. 23 a 26 de agosto 2005.

SEN, Amartya Kumar. **Desigualdade reexaminada**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SOARES, Sergei, et al. **Perfil da pobreza: Norte e Nordeste rurais**. No. 15. International Policy Centre for Inclusive Growth, 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Do pensamento Único a Consciência Universal. 16 ed. Rio de Janeiro, Record, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3 Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton. "O futuro das megacidades: dualidade entre o poder e a pobreza." *Cadernos Metrópole* 1.1 (2008): 15-25.

SANT'ANA, RAQUEL SANTOS, OA CARMO, and EAS LOURENÇO. "**Questão agrária e saúde do trabalhador**: desafios para o século XXI." *São Paulo: Unesp-Cultura Acadêmica* (2011).

SANTOS, Adriano Pereira; DE PÓS-GRADUAÇÃO, Programa. **Dilemas e contradições atuais do desenvolvimento econômico**.

TUROLLA, Frederico Araújo. "**Globalização e desigualdade**." *GVE EXECUTIVO* 2.4 (2004): 17-21.